

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA ARCOS LORENCETTI

ESTUDO DE UMA PROFISSÃO (DA) POLÍTICA: OS ADVOGADOS NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS (1945-2010)

CURITIBA

2016

MARIANA ARCOS LORENCETTI

ESTUDO DE UMA PROFISSÃO (DA) POLÍTICA: OS ADVOGADOS NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS (1945-2010)

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre em Ciência
Política no Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas
e Letras da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato

CURITIBA

2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA
Código CAPES: 40001016061P2

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA

No dia onze de Abril de dois mil e dezesseis às 14:00 horas, na sala 1010, General Carneiro, 460 - 9º andar - sala 908, do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **MARIANA ARCOS LORENCETTI** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: "**Estudo de uma profissão (da) política: Os advogados na Câmara dos Deputados (1945-2010)**". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: ADRIANO NERVO CODATO (UFPR), LUIZ AUGUSTO DE SOUZA CARNEIRO DE CAMPOS (UERJ), RENATO MONSEFF PERISSINOTTO (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e a mestranda deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela *aprovada* da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ADRIANO NERVO CODATO, lavei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 11 de Abril de 2016.

Prof ADRIANO NERVO CODATO (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof RENATO MONSEFF PERISSINOTTO (UFPR)

Prof LUIZ AUGUSTO DE SOUZA CARNEIRO DE CAMPOS (UERJ)

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais às três gerações de mulheres da minha vida: Alice, Silmara e Dona Lourdes, que estiveram perto de seus telefones na hora certa e, cada uma à sua maneira, em figurinhas coloridas, broncas ou preces, me apontaram a direção, sendo ela sempre em frente.

Sou grata pelas questões certeiras do preciso orientador Prof. Dr. Adriano Codato, bem como pelo apoio recebido do companheiro Paulo Franz, com suas esclarecedoras dúvidas.

Um "obrigada" a Gustavo Campos, paladino moderno, e todo o pequeno exército pessoal que, entre mãos estendidas e notificações no computador, me auxiliaram a atravessar a multiplicidade de atmosferas que compuseram estes tantos meses de aprendizado.

RESUMO

Analisando a formação e a ocupação profissional da classe política brasileira, este trabalho pretende descrever e mapear vias de socialização prévias à entrada na política abordando polos de formação universitária que habilitam para o exercício da profissão de advogado no Brasil, tomando como base 659 deputados federais profissionais da área, no período entre 1945 e 2010. Considerando a advocacia uma “profissão política” e os cursos de Direito meios históricos que criam uma elite letrada tradicional e específica, é determinado se existem instituições que concentrem a formação deste grupo durante o período estudado; quais seriam tais instituições; a abrangência delas; e se sua relação com a política se torna mais ou menos estreita ao longo do tempo. Em seguida, os achados são confrontados com determinados elementos que determinam perfis profissionais e políticos. O método escolhido para tal é a Análise de Correspondência Multivariada, com posterior busca por “tipos” políticos, com base nas seguintes variáveis: atuação profissional, tempo de atuação profissional anterior à política, tipo de universidade na qual se formou e, conseqüentemente, onde teve possibilidade de aquisição de recursos socioculturais valiosos para sua chegada à esfera política, combinados com variáveis relativas ao exercício da política. Os resultados demonstram que existem instituições de ensino que formam mais políticos deste grupo, porém os indivíduos estudados formam um grupo muito heterogêneo com características difusas e baixas correlações, de forma que é possível dizer que não existe apenas uma ou algumas poucas formas de ser um advogado-político, que os maiores diferenciais dentro do grupo estudado foram variáveis de ordem política e não profissional.

Palavras-Chave: deputados federais, elites políticas, advogados

ABSTRACT

Analyzing professional occupation and education of Brazilian political class, this dissertation intends to describe and map ways of socialization previous to political debut, addressing university formation “poles” which qualify people to work as lawyers in Brazil, based on 659 professional federal representatives in the area in the period between 1945 and 2010. Considering law as a “political profession” and law courses as historical environment that create a specific and traditional literate elite, it is proposed to settle if there are institutions that concentrate the formation of this group during the examined period; which would be such institutions; their scope; and if its relationship with politics becomes more or less close over time. Then, the findings are faced with determined professional and political profiles. The chosen method for this dissertation was the Multiple Correspondence Analysis, with subsequent search for political “types”, considering the following variables: professional performance type, time of previous professional experience, type of University in which they graduated and, consequently, obtained the possibility of acquisition of socio-cultural features valuable to their arrival in the political sphere, combined with variables related to the political exercise. The results show that there are Higher Educational Institutions which graduate more politicians in this group, however the studied individuals compose a very heterogeneous group, with low correlation and diffuse characteristics, therefore it is possible to state that there is not only one or a few ways to be an Lawyer-politician and the greatest differential inside the studied group was not the professional variables, but the political ones.

Key words: Federal legislators, political elites, lawyers

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Instituições de ensino pelas quais os deputados estudados se formaram, dentre as quais apresentaram resíduo padronizado positivo, 1945-2010	25
Tabela 2 - Instituições de ensino pelas quais os deputados estudados se formaram, dentre as quais apresentaram resíduo padronizado positivo. Divisão pelos recortes temporais 1945-1962, 1966-1982, 1986-2010	26
Tabela 3 - Descrição da análise de correspondência entre Unidades Federativas e instituições de ensino consideradas "tradicionais" dentre aquelas nas quais os deputados analisados se formaram, período 1945-2010	30
Tabela 4 - Proporção de diplomas em Direito dos advogados-deputados em cada estado, por instituição de ensino (recorte 1945-2010)	31
Tabela 5 - "Esferas de ocupação" dos deputados analisados, todos os recortes temporais entre 1945 e 2010.....	35
Tabela 6 - Média de anos entre formação e entrada na política dos deputados analisados, todos os recortes temporais entre 1945 e 2010	36
Tabela 7 - Presença de herdeiros políticos dentre os deputados-advogados estudados, no período 1945-2010.....	39
Tabela 8- Distribuição dos Deputados-Advogados no espectro ideológico, período entre 1945-2010.....	39
Tabela 9 - Distribuição dos Deputados-Advogados entre "Alto Clero" e "Baixo Clero" entre 1945 e 2010	41
Tabela 10 - Número de cargos previamente ocupados pelos deputados estudados, contendo todos os recortes entre 1945 e 2010.....	41
Tabela 11 - Número de mandatos ocupados Câmara dos Deputados pelos deputados estudados, contendo todos os recortes entre 1945 e 2010	42
Tabela 12 - Alfa de Cronbach para as análises de correspondência apresentadas.....	46
Tabela 13- Alfa de Cronbach e variância da análise de correspondência múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, período 1945-2010.....	47
Tabela 14- Cruzamento de dados entre as variáveis "Tempo entre formação e entrada na política" versus "Número total de cargos" para todos os deputados estudados, período 1945-2010.....	49
Tabela 15 - Correlação entre variáveis estudadas, período 1945-2010	52
Tabela 16 - Alfa de Cronbach e variância da análise de correspondência múltipla, recorte 1945-1962	53
Tabela 17- Cruzamento de dados entre as variáveis "Tempo entre formação e entrada na política" versus "Número total de cargos" dos deputados estudados, recorte 1945-1962.....	55
Tabela 18 - Correlação entre as variáveis estudadas, período 1945-1962	58

Tabela 19 - Alfa de Cronbach e variância da análise de correspondência múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, recorte 1966-1982.....	59
Tabela 20- Correlação entre as variáveis estudadas, período 1966-1982	63
Tabela 21- Alfa de Cronbach e variância da análise de correspondência múltipla, recorte 1986-2010	65
Tabela 22- Cruzamento de dados entre as variáveis "Tempo entre formação e entrada na política" versus "Número total de cargos" dos deputados estudados, recorte 1986-2010	66
Tabela 23- Correlação entre as variáveis estudadas, recorte 1986-2010	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Análise de correspondência entre Unidade Federativa de eleição e instituições de ensino "tradicionais"	29
Gráfico 2- Histograma de tempo entre a formação e a entrada na política dos deputados-advogados estudados, período 1945-1962	36
Gráfico 3- Histograma de tempo entre a formação e a entrada na política dos deputados-advogados estudados, período 1986-2010	37
Gráfico 4- Histograma de tempo entre a formação e a entrada na política dos deputados-advogados estudados, período 1966-1982	37
Gráfico 5 - Análise de correspondência entre Unidade Federativa pela qual cada deputado foi eleito versus instituições de ensino "tradicionais", período de 1945 a 2010	47
Gráfico 6- Medidas de discriminação: eigenvectors para todas as variáveis estudadas, 1945-2010.....	48
Gráfico 7- Biplot de Análise de Correspondência Múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, recorte 1945-1962	53
Gráfico 8 - Medidas de discriminação: eigenvectors para todas as variáveis estudadas, recorte 1945-1962.....	55
Gráfico 9 - Biplot de Análise de Correspondência Múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, recorte 1966-1982	59
Gráfico 10 - Medidas de discriminação: eigenvectors para todas as variáveis estudadas, recorte 1966-1982.....	61
Gráfico 11- Biplot de Análise de Correspondência Múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, recorte 1986-2010	64
Gráfico 12- Medidas de discriminação: eigenvectors para todas as variáveis estudadas, recorte 1986-2010.....	65

LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

DEM - Democratas

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MPA - Movimento Popular Autonomista

MTR - Movimento Trabalhista Renovador

PDC - Partido Democrata Cristão

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPR - Partido Progressista Renovador

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido Republicano

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PRP - Partido Republicano Progressista

PRT - Partido Republicano Trabalhista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal

PSP - Partido Social Progressista

PST - Partido Social Trabalhista

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UCAM – Universidade Cândido Mendes

UDN - União Democrática Nacional

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS - Universidade Federal de Sergipe

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	5
2.1 O ESTUDO DE ELITES TENDO COMO BASE O PERFIL PROFISSIONAL.....	5
2.1.1 <i>Recrutamento, perfil social e política formal</i>	5
2.1.2 <i>Profissões da política e política profissional</i>	6
2.2 O CASO DOS JURISTAS E A ESPECIFICIDADE DOS ADVOGADOS.....	6
2.3 TRANSFORMAÇÕES DA PROFISSÃO COINCIDENTES COM MUDANÇAS DA CLASSE POLÍTICA.....	7
2.4 SOBRE O TEMA E METODOLOGIA CORRENTE.....	8
2.5 O HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO DO MEIO JURÍDICO E SUA RELAÇÃO COM A CONDIÇÃO DE ELITE.....	13
2.5.1 <i>Breve comentário a respeito do estudo de juristas e política: preocupações e questões</i>	13
2.5.2 <i>Formação jurídica no Brasil e seu vínculo com a condição de elite</i>	14
2.5.3 <i>A função exercida pelos centros de educação</i>	15
3. METODOLOGIA.....	19
3.1 IMPLICAÇÕES PARA O ESTUDO DE PROFISSÕES DA POLÍTICA.....	19
3.2 FONTES USADAS NA PESQUISA E SUAS ESPECIFICIDADES.....	20
3.3 VARIÁVEIS ABORDADAS NO MODELO E SEUS RECORTES.....	21
4. ANÁLISE DE DADOS.....	23
4.1 DA INSTITUIÇÃO NA QUAL O INDIVÍDUO SE FORMOU.....	23
4.2 VARIÁVEIS PROFISSIONAIS: TEMPO ENTRE FORMAÇÃO E ENTRADA NA POLÍTICA E TIPOS DE PROFISSÕES EXERCIDAS.....	35
4.3 VARIÁVEIS POLÍTICAS.....	39
4.4 VARIÁVEIS DE CARREIRA.....	41
5. O DESENHO DO PERFIL GERAL: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA.....	45
5.1 CASO GERAL: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA.....	46
5.2 CASO DO PERÍODO 1945-1962, ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA.....	53
5.3 CASO DO PERÍODO 1966-1982, ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA.....	59
5.4 CASO DO PERÍODO 1986-2010, ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA.....	64
5.5 ANÁLISE UNIFICADA DOS DADOS.....	69
6. RESULTADOS GERAIS.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 75

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz uma reflexão a respeito do vínculo entre uma profissão e o caminho de entrada na vida pública – ou seja, sua natureza como profissão *da política* – considerando, como peça essencial para entendimento desse processo de conversão de capital o exercício dessa profissão como vinculado a modos de ação, saberes e recursos inerentes à política. Ou seja, temos uma profissão da política (ou uma profissão tradicional de onde provém políticos) que é, por seus contornos, ao mesmo tempo, uma profissão política.

O objetivo principal consiste num processo descritivo, elucidativo, e delimitador, de uma profissão que se aliou por tanto tempo com os desenhos da prática política. Especificamente, descrever minuciosamente quais características definem o grupo dos advogados que ocuparam uma cadeira na Câmara dos Deputados no período compreendido entre 1945 e 2010, suas peculiaridades em função do exercício profissional, onde obtiveram sua formação superior, e aspectos de suas carreiras políticas. A presença de advogados na política vem sendo analisada tanto pela via da Sociologia, quanto pela da Ciência Política e do próprio Direito. Na Ciência Política, predominam, sobretudo em estudos norte-americanos, obras comparativas entre advogados na política e os demais grupos e de forma mais geral, profissão como variável em estudos de recrutamento. A Sociologia pensa, dentro da sociologia das profissões, em aspectos relativos à identidade. E os estudos a respeito do Direito delimitam certa distância entre o meio jurídico e o meio da política.

O propósito desta dissertação é fazer uma análise interna do grupo dos deputados que exerceram a profissão de advogado, procurando "subtipos", sem ambições de comparar este grupo com os demais tipos profissionais. Busca algumas diferenças internas nesse grupo.

A escolha desse objeto se deve ao número expressivo - embora decrescente ao longo do tempo – dessa profissão no parlamento brasileiro. O número de advogados aqui considerados, uma vez que é contabilizado aquele que teve Direito como primeira formação superior e que cita a advocacia como qualquer uma de suas profissões, corresponde a 17,41% dos Deputados Federais do período 1945-2010; dividindo pelos recortes temporais temos: foram

22,92% da composição de indivíduos da Câmara entre 1945 e 1962; 23,5% no período compreendido entre 1966-1982 e por fim, 12,13% entre 1986 e 2010. Ilustra-se, dessa forma, que um advogado-deputado é peça de presença diminuída em tempo mais recentes, mas ainda digna de nota. Advogados são atores políticos cujo papel vem sendo evidenciado desde o estabelecimento da República. Existe a ambição de delinear o quanto e como as profissões influenciam variáveis políticas ou têm perfis distintos através delas; como as maneiras de ser advogado modificam seus quadros de características; e por fim, como uma profissão da política (ou uma profissão tradicional de onde vem políticos) cuja natureza é interseccional se apresenta em sua intersecção entre a política como ocupação integral e experiências em atuação prévia e inserção numa identidade profissional.

As obras relativas as estas linhas de estudo podem ser separadas naquelas que pensam recrutamento, perfil social e política; profissões da política e o profissionalismo político e aquelas que se focam em intersecções entre o meio do Direito e a política. A primeira se relaciona com a visão básica de que homens políticos não correspondem, proporcionalmente, ao todo da população a qual o elege (DOGAN, 1999) - sendo o objeto de estudo justamente determinar quais seriam as barreiras entre eleitos e eleitores, bem como qual a densidade destas (HOFFMANN-LANGE, 2007; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009). O aspecto profissional está intimamente ligado a essa linha de estudo, uma vez que se pode acreditar que determinadas profissões possibilitam vantagens para a entrada na política, dentre estas podendo ser citadas tempo livre (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009), competências e convergência em suas práticas (BOURDIEU, 2011a; DOGAN, 1999; EULAU; SPRAGUE, 1964), permitindo uma transição de uma profissão coincidente em seus moldes com a política para a política como profissão. Os estudos que especificamente lidam com o Direito e sua relação com a política oferecem uma visão na qual ambos os meios são interseccionais, embora não confusos entre si, mas sujeitos a uma influência mútua (BONELLI, 2003a; EULAU; SPRAGUE, 1964; SADEK; DANTAS, 2000; TEIXEIRA, 2012).

O texto se orienta, quanto à observação das especificidades de suas variáveis, em estudos de recrutamento e, sobretudo, pelo conceito de "viveiros

políticos" (DOGAN, 1999) - ou seja, dados meios de socialização, com foco na obtenção de diplomas, que propiciam recursos e contatos para a entrada no meio político. Em sua segunda parte, temos um estudo de perfil em busca de intersecções de características gerais. Esta última está relacionada não com recrutamento ou recursos prévios à política, mas características de um grupo eleito, embora se utilize de comparação de alguns desses recursos dentro do grupo do recorte. Desta ordem, é dissociada da sociologia das profissões, se aproximando de estudos a respeito de advogados na política, citados em trecho posterior a este neste trabalho.

A hipótese aqui trabalhada está focada em "diferentes formas de ser advogado na política", variando tanto com o passar do tempo quanto internamente, dados por tipos de ocupação declarada e carreira política. Isso se refere especificamente ao fato de que tanto profissões quanto os moldes de recrutamento político se modificam ao longo da história, obedecendo às necessidades de seus respectivos meios e contexto (OFFERLÉ, 1999; RODRIGUES, 2006). Se pretende encontrar proximidades e afastamentos de categorias e características – como, por exemplo, se foi exclusivamente advogado, se sua carreira política foi curta ou longa ou se teve um longo período entre a obtenção de seu diploma e a entrada na política – que ilustrem uma diferenciação interna de um grupo aparentemente coeso.

A metodologia utilizada consiste na descrição das variáveis e sua modificação em categorias, e o uso destas categorias para a criação de um plano descritivo nos moldes da Análise de Correspondência Múltipla (também chamada análise de homogeneidade, entre outras denominações). Durante a descrição das variáveis, existe maior aprofundamento na variável que descreve as instituições de ensino da qual os políticos-advogados estudados são egressos, mediante análises de concentração de casos com o uso de *chi-squared* e uma Análise de Correspondência Simples para melhor compreensão de como se configuram os polos de formação universitária e como poderiam estes serem descritos com relação ao perfil geográfico daqueles que neles buscam sua capacitação profissional.

Para este trabalho são utilizados dados coletados pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR) a partir do Dicionário

Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), bem como a partir das fichas disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Os dados foram coletados mediante técnica quantitativa e contavam, em seu total, com 7.212 casos - recortados para o uso de 1.349 casos de indivíduos considerados advogados, posteriormente tornados 659 casos individuais (com a exclusão de reeleições), de forma que são estudados indivíduos e não a composição de legislaturas.

Estes casos aqui mencionados foram divididos em três recortes temporais - referentes ao período entre 1945 e 1962, 1966 e 1982, e entre 1986 e 2010. A divisão foi feita anterior à exclusão de casos repetidos, de forma que um deputado-advogado pode ser contado duas vezes, em diferentes recortes, caso tenha participado de legislaturas em dois períodos distintos. Tais recortes são importantes para a diferenciação temporal de perfis, e acompanham a divisão convencional de períodos políticos, para que bem se observe suas especificidades.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Serão abordados neste trecho as obras de diversas vertentes e áreas do conhecimento que apresentam aspectos contextuais ou analíticos de uso para a observação do objeto estudado. Primeiramente, temos a visão do estudo de elites na ciência política a respeito do recrutamento político, como forma justificativa do porquê de se analisar um dado grupo e da importância das variáveis selecionadas, e as diferentes maneiras de analisar juristas e advogados e suas intersecções com o meio político, de forma direta ou indireta. Por fim, menciona-se o uso de "profissão" como variável de estudo, as implicações deste, e diferentes abordagens metodológicas para o estudo de profissões, especificamente o estudo dos profissionais do Direito.

2.1 O ESTUDO DE ELITES TENDO COMO BASE O PERFIL PROFISSIONAL

Dois aspectos analíticos da análise de elites são expostos neste trabalho: das análises de recrutamento e a consequente observação de perfil social, e a relação entre "profissões da política" e a política profissional.

2.1.1 *Recrutamento, perfil social e política formal*

As análises atuais a respeito de recrutamento e perfil social daqueles que exercem posições de poder formal consistem, em sua forma mais pura, nos estudos a respeito dos requisitos para a entrada no meio político, bem como análise do caráter mais ou menos excludente deste meio. Ou seja, a chamada "permeabilidade das barreiras" presentes nele (HOFFMANN-LANGE, 2007; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009). Embora esse aspecto não seja relacionado de forma alguma a regras formais, pode-se repetir indefinidamente o refrão de que os homens políticos não se conformem à estrutura das camadas sociais presentes na massa do eleitorado (DOGAN, 1999) e que determinados grupos não são representados por indivíduos provenientes de sua coletividade, enquanto outros possuem maiores chances de se colocarem no meio representativo (RODRIGUES, 2006). Dessa maneira, também podemos tomar que as análises de recrutamento e perfil social procuram relações entre hierarquia social (GAXIE, 2012a), socialização, habilidades e ambições compatíveis com a atuação política (RODRIGUES, 2006).

2.1.2 Profissões da política e política profissional

Podemos considerar "profissão" como um aspecto identitário, muito diferente de um mero "ocupar um posto de trabalho". O nome de uma ocupação profissional é uma marca distintiva em si própria, cujo valor é tão relevante quanto qualquer rendimento financeiro. Inclusive, não seria de todo estranho alegar que o valor do título vindo da profissão não é associado ao valor do trabalho em si (BOURDIEU, 2011b). De forma simplificada, porém não muito diferente, podemos definir profissão como uma soma de *status* e conexões sociais (EULAU; SPRAGUE, 1964).

Pode-se considerar que algumas profissões predis põem seus agregados ao exercício da política. Esta predisposição pode ser pensada pelo aspecto da atribuição de posição social e representatividade – sobretudo pela socialização proporcionada por tal exercício profissional, chamados “trampolins de ascensão” (Rodrigues 2006, p. 36) bem como as habilidades concedidas por este, e por fim, a existência de ambições coincidentes com aquelas exigidas pela vida política (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014; DOGAN, 1999). Na mesma linha, temos uma correspondência sólida entre a presença na política e posição na hierarquia social de um determinado local (Gaxie, 2012).

2.2 O CASO DOS JURISTAS E A ESPECIFICIDADE DOS ADVOGADOS

Além dos recursos proporcionados pela atuação no meio jurídico – como a habilidade de oratória e conhecimento das leis (DOGAN, 1999) – pode ser abordado inicialmente, a respeito dos advogados, argumentos que seriam evocados por qualquer ocupação considerada uma "profissão da política". Este conceito indica ocupações que oferecem recursos de socialização, retórica, tempo livre ou habilidades específicas que sejam compatíveis com as exigências para a inserção no meio político (BOURDIEU, 2011a) ou ainda um posicionamento na hierarquia social que aumente as chances de sucesso eleitoral (GAXIE, 2012a). Também é possível dizer que não é a política que parece atraente a um egresso do meio do Direito – e sim que este seria perfeito aos interesses de um político (EULAU; SPRAGUE, 1964). Considerando este trabalho como focado em advogados eleitos, ou seja, descartando a visão sobre recrutamento e os argumentos relacionados às eleições, toma-se obras ligadas às características daqueles ocupantes em posições de mando. O caso dos

advogados pode ainda ser especial por razões únicas – é possível alegar que a capacidade política do advogado inserido no meio político tem um fator explicativo meramente residual, uma vez que a intersecção entre o campo jurídico liberal e a política seriam dadas, por além de atuações e influências de um sobre o outro, uma convergência morfológica das práticas, como o exercício de representação, mediação e negociação (EULAU; SPRAGUE, 1964; SCHLESINGER, 1957). Ou seja, o advogado exerce funções que possuem relações equivalentes com outras da política, uma vez que pode ser aquele que orienta, o promotor e defensor de causas, ou aquele que tem transferido para si o poder de fala de outrem. Desta forma, mesmo que não houvesse uma enorme intersecção entre os campos jurídico e político, esta similaridade ocorreria conforme resposta a exigências sociais aplicadas a ambas as profissões (EULAU; SPRAGUE, 1964).

Apesar da ascensão de outras profissões como unidas à prática política e o surgimento de outras “profissões da política” (BARMAN; BARMAN, 1976; NEIVA; IZUMI, 2012), não devemos esquecer que os juristas formaram uma maioria considerável nos parlamentos brasileiros por um longo tempo e, ainda hoje, são porcentagem significativa nestes espaços (NEIVA; IZUMI, 2012) - mesmo que seja observável diversificação considerável nos perfis sociais do meio político ao longo do tempo (NEIVA; IZUMI, 2012; RODRIGUES, 2006).

2.3 TRANSFORMAÇÕES DA PROFISSÃO COINCIDENTES COM MUDANÇAS DA CLASSE POLÍTICA

Offerlé (1999), numa obra que nos oferece bons aspectos de análise de profissões da política, argumenta que para uma observação realista do meio, é preciso compreender que profissões se modificam com o tempo – sobretudo relativamente a sua posição social e reconhecimento de prestígio – ou seja, que o ofício por si só não “significa” nada, e sim que a análise deve ser feita dentro de seu contexto geográfico e temporal.

Um aspecto que não pode ser excluído desse trabalho é que aquilo que se pode chamar de função da educação em Direito se modificou, e muito, desde o estabelecimento do Brasil imperial. Como será posteriormente abordado de forma mais detalhada, as universidades de Direito, que outrora tinham o claro princípio e propósito de criar elites para atuação como notáveis no meio político

e, posteriormente a formação de quadros técnico-administrativos para atuação no Estado – passaram a ser meio voltado à subsistência de seus formados, segundo uma lógica de mercado relacionada ao lucro, ou seja, o perfil predominante do profissional liberal (ALMEIDA, 2010a; BONELLI, 1999, 2003b).

Não se pretende colocar que o advogado, tal profissional liberal, nunca tenha existido anteriormente, tampouco que eles não tinham espaço na política nestes primeiros períodos – o contrário, na realidade, é o que se observa. No entanto, considerando o Direito como meio de socialização, bem como o perfil das instituições que formam esses profissionais hoje e outrora, temos que; ser advogado não possui a mesma carga ou perfil social durante todo o espaço temporal. Isso passa a seguir a lógica já analisada a respeito de uma possível "popularização" da política durante recentes legislaturas, ou mesmo uma mudança na lógica do meio político - e suas barreiras que "filtram os não-aptos" (RODRIGUES, 2006).

2.4 SOBRE O TEMA E METODOLOGIA CORRENTE

Na análise dentro da temática do perfil social, seja na literatura a respeito dos vitoriosos na política formal ou de seus competidores, algumas variáveis são consagradas como importantes para a determinação do perfil social dos atores do meio político. Dentre outras essenciais questões, temos em evidência a profissão e grau de escolaridade. As variáveis sociais têm como propósito considerado a colocação dos atores na sociedade antes e além de sua inserção e atuação política, propondo que certas posições sociais seriam vantajosas, afins ou compatíveis com qualidades esperadas do homem público ou capacidade na corrida eleitoral.

Quanto a profissão e escolaridade, primeiramente, podemos mencionar os estudos que utilizam grau de escolaridade como variável (Citando alguns poucos exemplos: CORADINI, 2011; FELISBINO; BERNABEL; KERBAUY, 2012; NEIVA; IZUMI, 2012; SANTOS, 1997) geralmente sem necessidade de grandes malabarismos para justificativa, considerando a escolaridade como valor que difere os mais ou menos privilegiados socialmente.

Existem formas mais difundidas de categorização e organização das profissões, cada qual com suas deficiências metodológicas, como viés de fontes e unificação por forma ou posição, que pode agregar naturezas e práticas profissionais muito distintas (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014). Podemos citar Coradini (2010), que nos lembra da diferenciação entre estudos que pensam aspectos técnicos, e os que buscam observar posição social. Adicionemos aqui que, entretanto, esta variação depende de diversos propósitos, arsenais teóricos e hipotéticos, abordagens e propostas.

Desta forma, entramos no âmbito dos estudos que pensam a natureza do curso superior como variável: considera-se aqui, sobretudo, os estudos que consideram o curso como completamente intercambiável à noção de profissão. Isto é, temos que alguns considerariam que a formação ligada a uma determinada profissão é, por si só, equivalente ao exercício pleno. No caso, o argumento central é voltado a socialização no meio, transferência de características e atribuição de recursos, que são ligadas de forma indelével à identidade profissional, são iniciadas logo pela formação superior e sobreviveriam mesmo em não-atuação. Outros mencionam uma socialização específica (CORADINI, 2012) como forma de tornar realidade a competência técnica. Instituição de formação universitária não costuma ser variável corrente em títulos brasileiros, a menos que o estudo, como este, se foque em uma atuação profissional ou um *cluster* de mesma categoria.

Sobre a metodologia das vertentes de estudo do Direito, Bonelli (1999) pesquisa a natureza dos estudos a respeito do meio jurídico e, acompanhando sua categorização, podemos enumerar as seguintes visões:

- a) Da História do Direito: Os estudos da história do estabelecimento e vicissitudes do meio jurídico e a formação universitária que as possibilitam formaram uma tendência de análise entre as décadas de 1970 e 80. Geralmente feitas por juristas, apresentam grande presença de biografias e aliança entre meio político e atuação jurídica, trocas entre estes dois âmbitos e influência em um pelo outro.
- b) Críticas pelos inseridos: Outra categoria é a de obras críticas (geralmente catastrofistas) do meio de educação jurídica, atuação dos juristas e interações do jurídico com os demais poderes. Igualmente construídos

por pessoas intimamente ligadas ao Direito e seu meio, não possuem cientificidade em sentido estrito, e sim interpretações internas.

- c) Sociologia das profissões: Temos como exemplo a abordagem corrente na década de 1970, que tinha forte aspecto crítico e como proposta localizar bases de legitimação da ordem social; no mesmo período surgem reflexões a respeito da profissionalização como coesão e objetivos de mobilidade coletiva e controle de mercado. Quanto aos anos 1980, se comenta a análise de relação entre a profissão do Direito, o Estado e seus cargos, e questões ideológicas de cooptação.

Os estudos quantitativos especializados, costumeiramente estrangeiros, desejam sobretudo diferenciar tipos de atuação dentro do âmbito jurídico. Como por exemplo, Karpik (1985) pensa as diferentes atribuições de prestígio e atuação apenas dentro da categoria dos advogados, sendo extremamente específico. Almeida (2010), por sua vez, se ocupa com ocupações prévias na carreira de elites jurídicas, tentando delinear padrões de carreira que levariam ao sucesso na busca a posições de alto prestígio, bem como diferenciar a elite de suas bases. Não muito diferente de estudos a respeito de ambições de carreira de políticos profissionais. Outros estudos, no entanto, se preocupam em diferenciar profissões ligadas ao privado e as ligadas ao público. Logo, concordam todos nesta vertente que existem maneiras muito diversas de atuar dentro do meio jurídico, seja dentro ou fora do sistema do poder público.

Para que se analisem as relações de poder Direito/Política, é necessário que se pense a atuação dentro e fora do meio. Existe certa intersecção entre teoria e ideais na ciência política e nas análises do Direito, embora tenhamos clara distinção entre os métodos da Ciência Política e aos estudos, mesmo tipológicos, advindos de autores da área jurídica. O encontro entre política e Direito parecem ser preocupações comuns, mas com conclusões e impressões muito distintas. Tomando como exemplo uma análise da área do Direito a esse respeito (TEIXEIRA, 2012), existe grande preocupação em assegurar uma ética específica do Direito, que seria muito diferente daquela do meio da política competitiva, supondo essencial a separação "respeitosa" entre esses meios, uma vez que as interpretações e foco inerentes aos políticos não seriam

compatíveis ao funcionamento do meio das leis. Notemos que a fala indica uma ética unificada comum a todos os tipos de prática legal.

Observando uma análise sobre um “*legal complex*” (KARPIK; HALLIDAY, 2011) temos a proposta de análise das instituições envolvidas tanto no meio do Direito quanto no político, os integrantes do meio jurídico e a criação de políticas. Esta proposta interdisciplinar vê os juristas como um ator coletivo, unidos em questões de mercado e políticas e mede a presença de partes distintas do Direito (e.g. acadêmicos, funcionários públicos, advogados) em questões e ativismo relativos a fenômenos sociopolíticos e históricos. Observações a respeito da OAB se encaixam perfeitamente neste modelo (BONELLI, 2003b), sobretudo aquelas de cunho histórico a respeito do acompanhamento da profissionalização, diferenciação e identidade estabelecida pela organização a seus membros, como isto formaria uma unidade de pensamento, um grupo social de atuação muito potencializada. É interessante lembrar que a obrigatoriedade de associação não é presente em todos os países.

Eulau e Sprague, na obra “*Lawyers and Politics*” (1964), colocam uma convergência e semelhança de forma e estrutura entre a política e o Direito. Apontam características comuns a juristas e políticos não ligados ao direito e equivalência morfológica entre práticas necessárias à atuação política e aquelas que caracterizam a profissão jurídica. Esta convergência criaria pouca diferenciação entre políticos-juristas e políticos sem inserção no meio jurídico, porém não indicando qualquer indício de que um meio anularia ou englobaria o outro surge a suposição de que a semelhança de práticas e características de ambos os meios poderiam existir sem qualquer sobreposição real de atuações.

Contudo qualquer tipo de estudo, como podemos notar, vai colocar de forma clara a relação entre o Direito e a política. Seja como embate, troca, comparação ou continuidade.

Como analisar o Direito e os que o compõem? Existem diversas interpretações a respeito das implicações e posicionamento social da profissão jurídica. Alguns critérios de análise podem imaginar a profissão jurídica como dotada de grande prestígio por si só, já outros buscam diferenciar privilégios de diferentes posicionamentos e exercícios (KARPIK, 1985). Outros, geralmente em análises feitas de dentro do Direito, podem apontar um pragmatismo que alegaria

um privilégio decrescente associado ao título por razões econômicas, educacionais ou sociais (cujos exemplos estão presentes em quantidade no capítulo sobre o meio jurídico brasileiro).

Um ponto interessante é a grande preocupação de alguns estudiosos com a ideologia dos juristas, sejam aqueles inseridos no poder judiciário, os formados ou os políticos-juristas. A natureza conservadora presumida do Direito é um ponto comum (conforme se exemplifica no trecho seguinte), algumas vezes modificada e cruzada com a preocupação com a unificação de um propósito comum, ou a grande diferenciação interna dentro de uma mesma profissão ou diversas. O caso dos advogados é muito específico, com análises que colocam variedade de ideologia dentro da profissão, seja pela diversidade de clientela a ser defendida sem discriminação (DOGAN, 1999) ou variedade de atuações dentro da profissão (GAXIE, 2012a).

Como, então, observar juristas? É possível indicar aspectos relativos à formação e profissão. Alguns estudos quantitativos buscam classificar os cursos praticados pelos juristas, com exemplos aqui de análises sobre o próprio meio jurídico (ALMEIDA, 2010a). Exemplificam-se análises que procuram observar critérios do MEC (SADEK; DANTAS, 2000) como atribuição de qualidade, enquanto existem tentativas de determinar prestígio com base em tipo de instituição, geralmente pensando em públicas, divisão das privadas entre confessionais e laicas e associando a natureza dessas instituições a momentos distintos de criação que determinariam tradições diversas (ALMEIDA, 2010b).

Ao determinar os espaços de atuação, a categorização binária entre público e privado já cria possibilidade de observação de especificidades entre ofícios. Porém, podemos pensar em análises que objetivam analisar diferenças dentro de um mesmo âmbito (ALMEIDA, 2010a) ou mesmo diferenciações na prática ou direcionamento de uma mesma profissão (KARPIK, 1985).

Estudos em respeito da história do curso de Direito, suas mudanças e relações entre educação e medidas governamentais, bem como análises sobre o estabelecimento dos juristas no meio profissional nos demonstram a necessidade de uma diferenciação temporal, que tenha como objetivo relacionar o momento histórico e político com o significado e posição social de uma determinada categoria.

2.5 O HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO DO MEIO JURÍDICO E SUA RELAÇÃO COM A CONDIÇÃO DE ELITE

2.5.1. Breve comentário a respeito do estudo de juristas e política: preocupações e questões.

Temos notoriamente uma produção de trabalhos acadêmicos a respeito do posicionamento dos juristas em casos de outros territórios, no caso sendo os EUA (estando presente ênfase na diferença entre estados), França e Grã-Bretanha.

Um dos pontos mais repetidos nestas obras é a construção de recursos sociais ou técnicos mediante a formação acadêmica da área do Direito. Uma das maiores preocupações dos estudos de profissões e política, centrada no caso dos juristas, sobretudo no dos advogados¹, seria delimitar quais são os recursos vantajosos que os praticantes das leis teriam sobre os demais. De argumentos sobre a natureza do advogado como parte de um ator coletivo (KARPIK, 1988), neutralidade inerente à prática ou à educação (DOGAN, 1999; GAXIE, 2012b; KARPIK, 1985), questões referentes à própria função do Direito como construtor e influência no Estado (KARPIK, 1988) até inferências simples a respeito de um talento para desenhar a própria carreira (SCHLESINGER, 1957). Uma visão muito mais aprofundada disso pode ser vista a respeito de uma convergência na forma da prática do Direito e da política, que forma uma semelhança entre ambos os grupos de inseridos nesses contextos (EULAU; SPRAGUE, 1964). Ou, em abordagem incomum, a hipótese de que aqueles com interesse e afinidade com a política podem acabar por optar pelo curso de Direito (*idem*).

Uma análise que acompanha os estudos a respeito da comparação entre o meio jurídico e o político é o reconhecimento de que juristas, políticos ou políticos-juristas não possuem o mesmo perfil e função durante toda a história, sendo mais ou menos ligados a posições de influência direta ou indireta em diferentes contextos. Isso modifica claramente a interação entre estas duas práticas, como por exemplo, a mudança em curso nos EUA dos anos 50 entre o

¹ Aqui pensando de forma intercambiável *lawyers*, *avocats* e advogados, embora a estrutura profissional em cada um dos países analisados não seja exatamente a mesma.

jurista como "político versátil" para profissional técnico apontada por Schlesinger (1957). Outros cursos de mudança são estudados, como dissociação de correspondência necessária entre a prática do Direito e uma posição social privilegiada mediante análise da política britânica (PODMORE, 1977) ou mesmo a aproximação entre juristas e política mediante aumento de ação nessa direção e organização como ator político (KARPIK, 1988), num estudo sobre o caso francês.

Também pode ser apontada nos estudos de outros contextos uma preocupação acentuada com posicionamentos ideológicos e crenças dos atores do meio jurídico - sejam os posicionados no judiciário, presentes no Direito como ator coletivo, ou dentro das câmaras. Deste ponto é novamente abordada a tal neutralidade profissional mencionada pelas obras francesas (DOGAN, 1999; GAXIE, 2012b; KARPIK, 1985), ou uma tendência ao conservadorismo, seja por mais sucesso político quando associado a um partido desta vertente (PODMORE, 1977), ou como pensamento supersticioso relativo a uma uniformidade em meio ao grupo dos advogados, a ser descartado empiricamente a favor de reconhecimento de não-coesão interna ou externa à política entre *lawyers* estadunidenses (EULAU; SPRAGUE, 1964).

2.5.2 Formação jurídica no Brasil e seu vínculo com a condição de elite

a) Os primeiros momentos da educação jurídica no Brasil

Os primeiros formados em Direito no caso brasileiro tiveram como única via de aprendizado o ingresso na Universidade de Coimbra. Esta situação gerou análises dentro do estudo da história do Direito que, primeiramente, citam como consequência direta desse molde uma homogeneidade ideológica aliada a um conservadorismo comum à universidade (CARVALHO, 1982; DEZALAY; GARTH, 2000) e diferente da obtida pelos estudantes de outros países da América Latina, possuidores de vínculos maiores com um conhecimento europeu cosmopolita e detentora de numerosas instituições de ensino em seu próprio território (DEZALAY; GARTH, 2000). Além dessa uniformidade (em concordância com os moldes doutrinários da formação única) alguns estudiosos transportam essa centralização da instrução superior para a condição política da época: mais especificamente, as elites enviando seus filhos para Coimbra teria relação com a dependência do Brasil a Portugal (BARMAN; BARMAN,

1976) e centralização política (FONSECA, 2005). Ainda mais ampla é a interpretação de Dezalay e Garth (2000), que diz que a variedade de possibilidades de formação na América espanhola foi o que possibilitou a fragmentação de seu território.

b) Afinidade e posterior dissociação entre a formação e o poder

O primeiro momento do ensino do Direito no Brasil teve como objetivo o desenvolvimento de "criadouros de elites" (CARVALHO, 1982) voltados à educação para o exercício da política ou da magistratura (VENANCIO, 2004) em conformidade com uma "herança europeia" (*idem*). Com o fim do Império, no entanto, há a presença de outras profissões em posições de destaque político, sobretudo engenheiros e médicos (BARMAN; BARMAN, 1976), rompendo com o monopólio total dos juristas. As vicissitudes do "propósito" dos cursos de Direito serão abordadas a seguir.

A abertura dos cursos de Direito em São Paulo e Recife já impossibilitam que o diploma seja usado como trampolim direto à elite dirigente (ALMEIDA, 2010b; VENANCIO, 2004). Essa tendência é acentuada conforme o meio educacional é difundido, com novos cursos sendo abertos (ALMEIDA, 2010b).

Considerada uma observação a respeito logo da República de 1946 (MICELI, 1996), se alega que a trajetória profissional seria um indicador de vínculo do político às elites regionais; famílias influentes costumeiramente enviavam seus filhos para instituições prestigiosas, sobretudo na capital federal, ou pontos regionais específicos, como as faculdades de direito de Minas Gerais e da Bahia. Da mesma forma, iniciar a carreira como advogado, atuando em áreas próximas aos redutos sob o controle familiar, era trajetória corriqueira nestes primeiros momentos, ligada à ambição de conseguir cargos na esfera pública. Logo, o título de graduação e sua inserção profissional não estavam muito longe de uma estratégia de legitimar os grupos de poder locais já estabelecidos, embora estes assumissem posições no meio intelectual e na profissão liberal.

2.5.3 A função exercida pelos centros de educação

a) Grandes ilustres, burocratas, o trabalho para o lucro e o "proletário": perfis dos egressos

A afinidade que associou a formação em Direito com a presença na elite foi não só formal, como também uma fonte de contatos específicas com setores da elite mediante eventos sociais e a unificação de ideais e pensamento em diversos âmbitos além do meramente prático (VENANCIO, 2004). Após a dissociação entre o diploma e o poder direto, surge o *mandarinato*, que vem acompanhado de um perfil predominante onde o jurista bem-sucedido é aquele que possui recursos de tradição familiar (*idem*).

Diversos perfis ascenderam e desapareceram conforme a passagem do tempo, como o "bacharel oligarca" e o "homem ilustrado" já variando em questões geográficas ou contextuais (SADEK; DANTAS, 2000). Uma gradação melhor analisada no tópico seguinte é a transição do jurista profissional liberal ou intelectual do Estado, para a capacitação de burocratas e em seguida, o profissional voltado ao mercado (ALMEIDA, 2010b). A maior crítica a essa transformação é que a profissão da lei se torna massificada, "proletarizada" e empobrecida.

b) Discussão sobre a função do curso de Direito

O curso de Direito no Império é claramente voltado à política, embora tenha gerado uma situação na qual a praticidade da política não era compatível com as abstrações inerentes à ilustração dos bacharéis (VENANCIO, 2004) e também, surge a crítica de que as universidades estavam produzindo mais jornalistas, artistas e outros profissionais ao invés de juristas (FONSECA, 2005).

A dissociação entre formação escolar e trabalho se torna clara quando são expostas discussões acaloradas a respeito do papel do jurista e qual a ênfase necessária para sua atuação, seja em filosofia, ilustração, virtude ou prática. Um destes diálogos se coloca, por exemplo, sobre a função do Direito de "espalhar luz" ou ser "fábrica de diplomas" (PINTO, 2013).

c) A questão do meio educacional e suas crises

Fonseca (2005) aponta que as mudanças do meio educacional brasileiro ocorreram mais pelo contexto político da época do que por medidas diretas - como pode ser observado pela grande frequência com as quais as reformas e discussões eram estabelecidas (VENANCIO, 2004). Por curiosidade, menciona-se aqui a unificação do curso de Política e do curso de Direito na década de

1910, criando-se assim o curso de "Ciências jurídicas e sociais", trajetória oposta a da Ciência Política nos EUA, que começa como clivagem do curso de Direito (WHITTINGTON; KELEMEN; CALDEIRA, 2009).

É comum a crítica ao meio educacional por razões de estrutura física e preparo dos professores desde a análise do meio educacional imperial (FONSECA, 2005; VENANCIO, 2004) até em visões muito recentes (e.g. Schwartzman 1988). E isto é, logo, tanto anterior quanto muito posterior à criação do MEC em 1930.

Pode ser mencionado que o ensino superior brasileiro ainda estava centrado no âmbito das federais e em São Paulo até a década de 1960, a partir de quando ocorre uma grande proliferação de cursos, que mesmo rápida não podia atender às demandas por vagas (SCHWARTZMAN, 1988). Neste meio, são observadas grandes discrepâncias na qualidade de ensino de uma instituição a outra, bem como aparece claramente uma tendência das faculdades privadas a atender a demanda de estudantes cujo propósito era a obtenção de um diploma para progressão no trabalho (FÁVERO, 2006; SCHWARTZMAN, 1988).

Um dos fatores a serem apontados a respeito da mudança do perfil dos egressos e ilustrativa da nova lógica do curso de Direito é o número de cursos em oferta atualmente. Tantos, que em 2013 houve suspensão da criação de novos programas. Em 2014 temos 5,97 cursos de Direito por milhão de habitantes, com baixos índices de aprovação no exame da Ordem (GHIRARDI et al., 2014). Ainda assim, notas da OAB já reportam que, a cada ano, desde 2010 até momentos recentes, recebem sua licença no Brasil cerca de 60 mil novos advogados, um número superior ao total de advogados ativos em toda a França².

Neste ensejo podemos mencionar novamente o fato de que a formação no ensino superior por si apenas não pode indicar posição privilegiada ou poder, justamente por esse modelo tão oposto ao imperial, de grande número de cursos em oferta (CARVALHO, 1982).

² <http://www.oab.org.br/noticia/26065/desde-2010-41-15-dos-inscritos-nos-exames-da-ordem-foram-aprovados> acessado em 29 de março de 2016 às 16:42

Em síntese e trazendo esse esforço bibliográfico para este trabalho, temos a intersecção entre uma montagem a respeito de recursos e aspectos da ciência política com variáveis de carreira e ideologia, abandonando esforços aprofundados em aspectos daquilo que leva os advogados à CD, tomando foco naquilo que ocorre e, segundo as hipóteses centrais, é esperado de um quadro de diferenças em aspectos políticos, trazidas pela sobreposição de meios de atuação de políticos e advogados (EULAU; SPRAGUE, 1964; KARPIK, 1988; PODMORE, 1977; SADEK; DANTAS, 2000; SCHLESINGER, 1957) e quadros diferentes em cada período histórico, levados tanto por razões políticas (RODRIGUES, 2006) quanto por mudanças no meio do Direito e do profissionalismo e formação na advocacia (ALMEIDA, 2010a; VENANCIO, 2004).

No trecho referente a recursos e formação o efeito de ampliação do ensino superior (GHIRARDI et al., 2014; SCHWARTZMAN, 1988) supostamente se fará sentir nos testes de concentração de casos, bem como a diferenciação de egressos de instituições "de elite" será efeito causado pela necessidade de diferenciação e associação entre carreira bem-sucedida e prestígio na origem social (GAXIE; GODMER, 2008).

A possibilidade de variedade de perfis entre os advogados-políticos se traduz pela versatilidade da ocupação, a ser perfeitamente ilustrada como *"The lawyer, who is on tap and on top, and omnipresent, omniscient, omnipotent, and omnivorous in addition"* (EULAU; SPRAGUE, 1964 *apud* VINER, 1958)

3. METODOLOGIA

É apresentado aqui o método de análise, fontes e variáveis utilizados nesta dissertação. Primeiro são determinadas diferentes maneiras de delimitação de uma profissão para estudo e qual o método para abalzar o grupo dos advogados aqui observados; de quais fontes os dados foram obtidos e quais as deficiências possíveis e contornos dados pelos moldes de tais fontes e, por fim, quais variáveis são mobilizadas, sendo estas referentes tanto a aspectos profissionais quanto informativas a respeito da carreira política exercida pelos deputados aqui trabalhados.

3.1 IMPLICAÇÕES PARA O ESTUDO DE PROFISSÕES DA POLÍTICA

Qual profissão considerar? Alguns dos critérios para a escolha da profissão a constar como aquela do político seria a primeira profissão, aquela exercida por mais tempo e a última antes da entrada na política (COSTA; CODATO; MASSIMO, 2013). Esta é uma forma analítica de procurar uma “identidade real” sob o retrato do indivíduo analisado. Isso presume, claramente, que a fonte utilizada é imparcial e pouco oculta de suas informações. No caso da coleta em fontes biográficas temos certa deficiência, pois muitas vezes dependendo da imagem que se deseja evocar, o biógrafo pode ilustrar tanto “grandes” e “prestigiosas” profissões não exercidas como primeiras ocupações das mais prosaicas: por exemplo, “carregador de marmitas”³. Por vezes, em biografias diminutas e minimalistas, as profissões exercidas são listadas ao mesmo tempo, sendo difícil determinar a “predominante” ou mesmo organizá-las numa linha cronológica. Outra via de análise é equivaler a profissão à formação escolar. De forma muito mais específica, num outro extremo, é possível ter em mente o tipo de atuação dentro da profissão, ou seja, em que estrato do exercício profissional o indivíduo estudado se encontraria. No caso, se reconhece que nem todos aqueles profissionais terão o mesmo prestígio, recursos ou contato com determinados grupos ou situações. Um exemplo seria pensar em que área ou tipo de escritório um advogado atuaria (KARPIK, 1985). Este recurso é plausível caso a fonte informativa cubra de forma suficiente; tanto o método como o tipo de estudo comportem e se beneficiem de tal especificidade.

³ Exemplo encontrado durante a coleta, referente a um Deputado Federal que exerceu entre 1975-1979 e 1991-1994

Neste trabalho temos a combinação de dois critérios: o autodeclarado, com base em dados biográficos, e a área de instrução como profissão. Estudando advogados, a formação não é equivalência bastante, já que o exercício da profissão presume o registro na Ordem dos Advogados do Brasil (ou seja, nem todo bacharel em Direito é advogado), mas o *caveat* relacionado às fontes é repetido aqui, uma vez que o teor do diploma – dado com menos chances de desvio – precisa ser complementado com uma informação autodeclarada. Quando é dito aqui sobre auto declaração, note que não se especifica profissão "principal" ou "predominante": são consideradas quaisquer menções à profissão de advogado, contanto que a primeira formação universitária tenha sido no curso de Direito. Este tipo de seleção aberta permite tocar os casos daqueles que tiveram outros ofícios centrais em suas carreiras, embora sejam, por formação e primariamente, advogados.

3.2 FONTES USADAS NA PESQUISA E SUAS ESPECIFICIDADES

As fontes utilizadas foram o Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro do CPDOC e os arquivos do site da Câmara dos Deputados (CD). Enfatizando que este último começa seus registros na 41^o legislatura apenas, podendo ser consultado portanto, para indivíduos integrantes da CD após este período. A coleta faz parte de um projeto do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná.

Dos 7.212 casos coletados originalmente, o recorte dos advogados consiste em 1.349 casos; excluindo a contagem de reeleições temos 659 advogados-políticos.

É reconhecida a já citada probabilidade de desvios de informação quando são consideradas auto declarações e biografias e, por tal razão, a identidade adotada por eles próprios é o foco deste trabalho, já nos dizendo muito a respeito do capital apropriado pelos agentes. O tempo entre a formação e a atuação e a presença de outras identidades profissionais pode servir, neste aspecto, para diferenciar a importância da profissão como recurso pessoal ou como forma de atestar prestígio.

3.3 VARIÁVEIS ABORDADAS NO MODELO E SEUS RECORTES

1. **Instituição de formação**, na qual estas tiveram seus nomes adaptados para acompanhar englobamentos por universidades ou possíveis mudanças no sistema de ensino. Por exemplo, o caso da Faculdade Nacional de Direito, hoje inserida na Universidade Federal do Rio de Janeiro.
2. **Unidade Federativa pela qual foi eleito** (segundo dados do TSE) será utilizada em parte do trabalho, como investigação complementar à instituição de instrução universitária.
3. **Tipo de atuação profissional**, considerando atuações apenas como advogado, apenas na área jurídica e aqueles de “atuações mistas” (ou seja, se exerceu profissões não aplicadas aos critérios anteriores além da de advogado).
4. **Tempo entre a formação universitária e a entrada na política**, pensando em termos de “formou-se pouco antes”, “muito antes” ou “após a entrada na política” – as frequências de tempo encontradas aqui foram desde 40 anos de atuação anterior à política a 27 anos de carreira política antes da obtenção de seu diploma de graduação. O “pouco antes” foi delimitado em quatro anos. Esta variável também será chamada de “tempo de ocupação”, uma vez que presume um período de exercício profissional exclusivo.
5. **Tempo entre formação e primeira entrada na Câmara dos Deputados** – dividido este em duas categorias: a daqueles acima da média de vinte anos, e aqueles abaixo desta média.
6. **Quantidade de mandatos prévios na Câmara dos Deputados**: variável delimitada em “Novatos”, aqueles em seu primeiro mandato e “Veteranos”, aqueles que já ocuparam o cargo de deputado federal anteriormente.
7. **Número total de cargos**, agrupado posteriormente em “Não ocupou cargo prévio”, “um a dois cargos”, “três a cinco cargos” e “mais de cinco cargos”.

8. **Ideologia partidária**, onde o partido pelo qual o deputado-advogado foi eleito em sua última legislatura é categorizado em “centro”, “esquerda” ou “direita”.
9. **Herança política familiar**, organizada em “herdeiros” e “não herdeiros”, considerando como “herdeiros” aqueles que possuíram ascendentes familiares imediatos ocupando cargos na política.
10. **“Alto ou baixo clero”**, onde são separados e considerados do “Alto clero” aqueles que integraram uma “elite parlamentar”, sendo esta composta de líderes de bancadas partidárias e suprapartidárias, membros titulares da mesa diretora, presidentes de comissões permanentes e líderes de frentes parlamentares.

Os dados gerais foram, primeiramente, distribuídos entre períodos, sendo eles entre 1945 e 1962, 1966 e 1982, e 1982 e 2010. Após isso, tiveram suas repetições de caso excluídas, de forma a não excluir indivíduos que ocuparam mandatos em mais de um período aqui separado. No processo de exclusão de casos em duplicata, foi mantido o caso referente à última ocupação de cargo na Câmara dos Deputados.

4. ANÁLISE DE DADOS

Esta parte do trabalho consiste em duas etapas: a primeira delas é referente à descrição das variáveis utilizadas e a transformação destas para o molde que será utilizado na análise de correspondência múltipla, cuja exploração consiste na segunda parte desta empreitada. Das variáveis que serão adaptadas, a instituição de ensino na qual o deputado-advogado se formou recebe especial atenção, dissecada exaustivamente para que seja formada uma variável binária consistente em "instituições de elite" e "outras". A análise de correspondência múltipla irá incorporar todas as variáveis apresentadas, em busca de correlações entre elas ou posicionamentos notáveis entre suas categorias.

4.1 DA INSTITUIÇÃO NA QUAL O INDIVÍDUO SE FORMOU

As posições hierárquicas numa sociedade moderna são dadas, sobretudo, por símbolos advindos da educação formal, incluindo-se a seletividade e o prestígio da instituição de ensino escolhida. (GAXIE; GODMER, 2008) Podemos inclusive considerar que, numa sociedade com abertura de maior número de vagas no ensino superior, a escolha do curso ou da universidade é o fator diferencial entre grupos de maior ou menor posição social (CARVALHO, 1982; GAXIE; GODMER, 2008).

Em alguns países, é visível a posição de algumas universidades como meios que oferecem prestígio a seus egressos como, por exemplo, os advindos de Oxford e Cambridge no Reino Unido (GAXIE; GODMER, 2008) ou, indo mais longe, autores que indicam que algumas instituições são criadouros de elites (DOGAN, 1999). Assim, coloca-se a universidade como meio de socialização, acima do fornecimento de diplomas ou conhecimento (KARPIK, 1988).

No total, foram registradas 93 instituições, estando "atualizados" os nomes daquelas que, posteriormente, viriam a integrar universidades ou mudar seu nome. É válido citar que se entende que o número de cursos de Direito se expandiu em muito ao longo do período analisado – a transição de 18 instituições de ensino contadas no período de 1945 a 1962 para 88 instituições como formadoras dos deputados de 1986 a 2010 acompanha o crescimento progressivo do meio educacional brasileiro, que em 2012 já contaria com 1.157

cursos de Direito em todo o país (GHIRARDI et al., 2014). Dentre o milhar de instituições presentes no país neste dado momento, termos 99 delas aqui ilustradas já poderia indicar algum tipo de relação importante na análise aqui feita - afinal, por que estas e não outras? Mas a definição de "instituição de ensino polar" implica representações notáveis dentre o rol das universidades e faculdades aqui vistas. Pretendemos descrever o processo de transformação da lista de instituições de ensino das quais os advogados-deputados estudados são egressos em uma variável binária: "Instituição de Elite/Não Elite".

Para tanto, temos uma combinação de critérios compatível com a complexidade da variável: serão examinados a *polaridade numérica e a tradição*. Ou seja: uma "instituição de elite" concentraria casos e teria permanência como polo de formação ao longo do tempo. Para discernir esses aspectos, temos um processo em partes: exame das concentrações de caso e listagem de instituições com resíduo padronizado positivo e listagem das instituições que permanecem como polos educacionais em todo o período estudado. Para uma investigação descritiva mais detalhada da *natureza* das instituições de ensino aqui mostradas, teremos uma análise de correspondência, para demonstração do caráter mais ou menos abrangente da instituição com relação à região ou estado de origem dos egressos, isto é, como se distribuem os oriundos destes cursos, de onde eles vêm e qual a natureza do dado polo de formação: de que forma uma instituição de elite pode o ser.

As tabelas 1 e 2, de resíduos padronizados, foram geradas mediante um teste de *goodness of fit*, pelo *chi-squared* de Pearson aplicado a uma frequência simples: esse teste faz compreender se a diferença de N nas categorias pode ou não ter sido gerada aleatoriamente; ou seja, se são significativas as diferenças de contagem de uma faculdade ou universidade para outra, neste caso. Os resíduos padrão são relativos à distribuição normal para os valores de *chi-squared*, que se mostram maiores conforme a disposição de casos nas categorias se afasta das frequências previstas. Os valores acima de 2 nos residuais serão considerados significativos. Os resultados próximos ao valor esperado ou de concentração negativa foram omitidos, de forma que o N exibido não é coincidente com o total de casos de estudo.

a) *As principais instituições de ensino mostradas no estudo:*

Tabela 1: Instituições de ensino pelas quais os deputados estudados se formaram, dentre as quais apresentaram residuo padronizado positivo, 1945-2010

	N Observado	N Esperado	Residual
UFRJ	69	6,5	62,5
UFMG	57	6,5	50,5
USP	56	6,5	49,5
UFPE	53	6,5	46,5
UFF	38	6,5	31,5
UFRGS	37	6,5	30,5
UFBA	31	6,5	24,5
UFPR	27	6,5	20,5
UFC	20	6,5	13,5
PUC- RS	12	6,5	5,5
UERJ	12	6,5	5,5
UFMA	11	6,5	4,5
UFPA	9	6,5	2,5
UFG	9	6,5	2,5
Total	630		

Chi-Squared: 2464,762; 96 df; Sig.: ,000

Fonte: NUSP/UFPR

Temos 93 instituições de ensino listadas, sendo 14 que poderiam ser consideradas “polos de formação”, em sentido literal, pela concentração de casos. Inicialmente, já podemos grifar a grande presença de universidades públicas sobretudo, federais, como vertiginosa maioria. Estas 14 instituições de

ensino representam 70% dos casos, uma maioria que aponta a intensidade da preferência.

São resultados que não se afastam em muito da previsão de prestígio feita por Almeida (2010) em seu trabalho a respeito de elites jurídicas, na qual hierarquiza instituições de ensino por seu tipo: públicas, privadas confessionais ou privadas laicas, aqui totalmente ausentes.

b) Quadro comparativo entre os recortes temporais:

Tabela 2 - Instituições de ensino pelas quais os deputados estudados se formaram, dentre as quais apresentaram resíduo padronizado positivo. Divisão pelos recortes temporais 1945-1962, 1966-1982, 1986-2010

Recorte 1945-1962			
	N observado	N esperado	Residual
UFRJ	46	13,4	32,6
USP	39	13,4	25,6
UFMG	33	13,4	19,6
UFPE	28	13,4	14,6
UFBA	19	13,4	5,6
UFF	18	13,4	4,6
UFRGS	16	13,4	2,6

Chi-Squared: 259,788; 17 df; Sig.: ,000

Recorte 1966-1982			
	N Observado	N esperado	Residual
USP	17	5,1	11,9
UFRJ	25	5,1	19,9
UFRGS	22	5,1	16,9
UFPR	18	5,1	12,9
UFPE	19	5,1	13,9
UFMG	31	5,1	25,9
UFF	24	5,1	18,9
UFBA	12	5,1	6,9
PUC-RS	11	5,1	5,9

Chi-Squared: 555,942; 55 df; Sig.: ,000

Recorte 1986-2010			
	N observado	N esperado	Residual
UFPE	15	2,6	12,4
USP	11	2,6	8,4
UFRJ	9	2,6	6,4
UFPR	8	2,6	5,4
UFRGS	7	2,6	4,4
UFMG	7	2,6	4,4
UFF	7	2,6	4,4
UFPB	7	2,6	4,4
UFMA	6	2,6	3,4
UFC	5	2,6	2,4
UFBA	5	2,6	2,4
UCAM	5	2,6	2,4
PUC-SP	5	2,6	2,4
UERJ	5	2,6	2,4
UFS	5	2,6	2,4

Chi-Squared: 203,184; 86 df; Sig.: ,000

Fonte: NUSP/UFPR

Considerando o número de instituições existentes no primeiro período (1945-1962), o grande aumento de vagas em universidades públicas nos anos 1960 e o surgimento em ritmo acentuado de faculdades privadas entre os anos 1970 e 1980, bem como o surgimento explosivo destas a partir dos anos 1990, é de relevância a observação do fato de que algumas instituições continuam como polos proeminentes em cada um dos recortes, ou seja, seu *status* pouco mudou. Neste caso temos a UFRJ, USP, UFPE, UFBA, UFF, UFRGS e UFMG. Estas podem ser consideradas instituições notáveis pelo aspecto da tradição.

Muitas das novas faculdades que aparecem na lista geral do período 1986-2010 já estavam presentes na lista do período militar e mesmo as

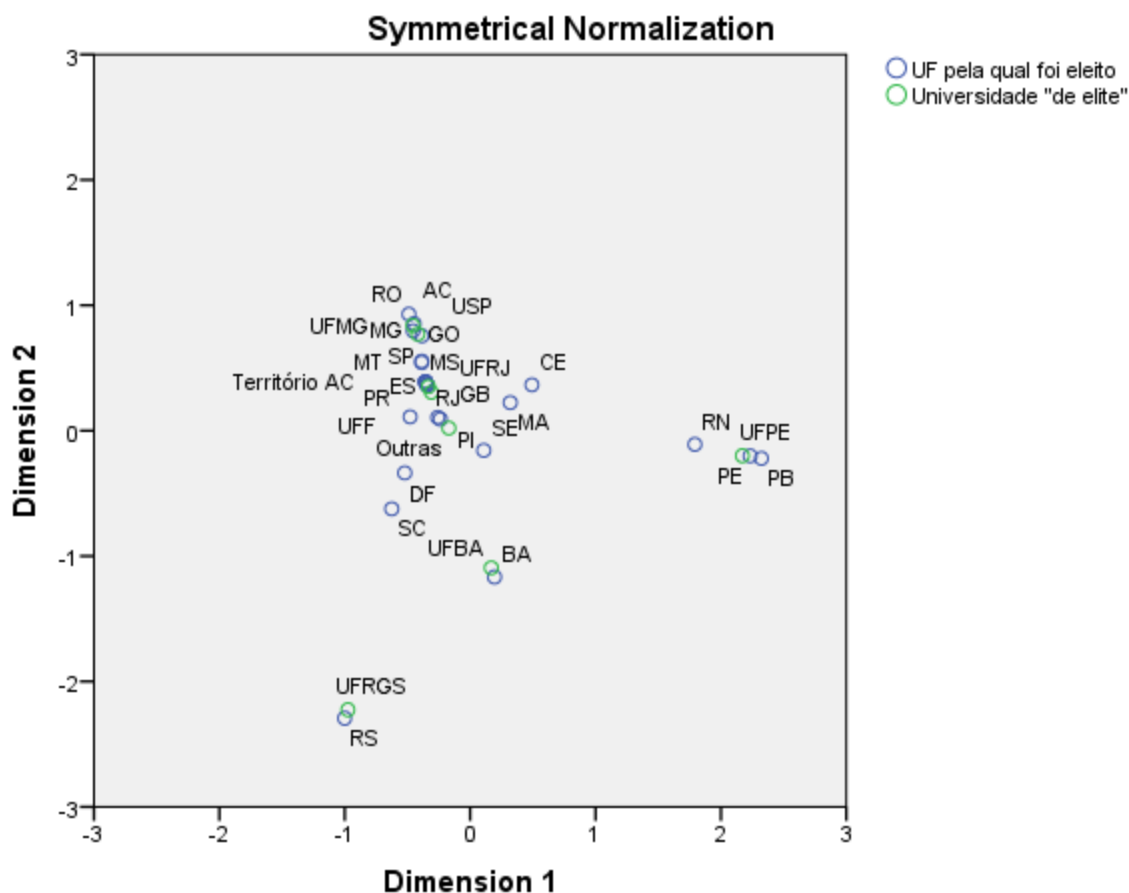
exclusivas desta foram fundadas entre os anos 1950 e 1970, poucos casos das faculdades fundadas nos anos 1990 em diante estão presentes.

Para que sejam descritos de que forma estas instituições seriam polares, devemos pensar nas relações entre a Unidade da Federação pelo qual o político-advogado foi eleito e as instituições principais. Um teste de cruzamento de variáveis não responderia à questão – sobretudo pelo grande número de células com valor igual a zero, inflando artificialmente o *chi-squared* de forma a tornar os resultados pouco confiáveis. Sendo assim, a relação entre ambas as variáveis deve ser feita mediante uma análise de correspondência simples.

A Análise de Correspondência é considerada uma forma mais completa de demonstração de relações correspondentes – não muito diferente de uma *crosstabulation* com índices e porcentagens focadas em linhas e colunas (GREENACRE, 2002, 2010a). Uma das demandas mais simples e diretas no processo é procurar, dentre os *scores* de cada linha e coluna em cada dimensão, aqueles com características mais próximas – ou seja, localizados no mesmo ponto do *biplot*. Para este cálculo, serão utilizadas todas as instituições de ensino que aparecem com resíduo positivo em todos os recortes temporais.

c) Análise de correspondência

Gráfico 1– Análise de correspondência entre Unidade Federativa de eleição e instituições de ensino "tradicionais"



Fonte: NUSP/UFPR

Nos resultados são apresentados os valores relativos às instituições de ensino, omitindo os valores ligados aos estados. As demais universidades e faculdades foram listadas na categoria “outras”, aqui apresentada como ponto suplementar, ou seja, não exercendo atração ou repulsão sobre nenhum dos estados, uma vez que o propósito da análise é verificar a natureza apenas das instituições de ensino que apresentaram polaridade positiva em todos os períodos estudados e não sobre as demais. O cruzamento de dados apresentou χ^2 de 1280,752, um índice de correlação de 0,351 e um índice alto de variância total, indicada por *inertia*: 3,756.

Tabela 3 - Descrição da análise de correspondência entre Unidades Federativas e instituições de ensino consideradas "tradicionais" dentre aquelas nas quais os deputados analisados se formaram, período 1945-2010

Instituições polares permanentes	Massa	Score na Dimensão		
		1	2	Inertia
UFPE	,155	2,041	,965	,750
USP	,164	-,584	-,034	,553
UFRJ	,202	-,381	,020	,231
UFRGS	,109	-,989	1,035	,731
UFMG	,167	-,456	-,065	,534
UFF	,111	-,329	-,056	,197
UFBA	,091	,836	-2,680	,760
Outras ^b	,933	-,212	,162	155,257
Active Total	1,000			3,756

b: Categoria suplementar

Fonte: NUSP/UFPR

Das instituições "polares permanentes" temos a UFBA como instituição de abrangência estadual: a vasta maioria de seus egressos são do estado da Bahia, e, dentre os advogados-deputados baianos, a UFBA foi a provedora da maior parte dos diplomas. Tal configuração é aparente no gráfico pelo afastamento e sobreposição dos pontos que representam a UFBA e o estado da Bahia. A UFRGS também apresentou relação de quase exclusividade com o Rio Grande do Sul, "puxando" um pequeno número de casos de Santa Catarina, no entanto estando mais próximos estes estados do *centroid* por não serem providos de seus diplomas exclusivamente por esta universidade.

A UFPE também possui relação estreita com o estado de Pernambuco, mas boa parte de seus formandos igualmente são vindos de outros estados da região nordeste, se mostrando então um polo regional.

As demais instituições apresentam relações mais abertas, com presença mista de estados e regiões, bem como os demais estados (localizados no *cluster* fechado ao centro) não formam seus deputados-advogados em apenas uma instituição. A UFRJ se mostra como instituição que formou muitos dos indivíduos de estados diversos, tendo dentre seus egressos a maior variedade de localidades, agrupando diversas regiões. Esta relação é mostrada numericamente pelo valor da coluna *inertia*, que podemos ler considerando como uma medida de variância, onde valores altos indicam correspondência forte com uma categoria da variável confrontada. O índice de *inertia* mais baixo da UFF e da UFRJ ilustram uma maior dispersão de seus egressos entre os estados.

Para uma descrição ainda mais detalhada da relação entre instituições de ensino e os estados da federação, é apresentada a seguir uma tabela com a proporção de diplomas por estado, vinda de cada uma das universidades principais. Ou seja: qual a porcentagem de indivíduos formados em cada instituição de ensino, por unidade da federação.

Tabela 4 - Proporção de diplomas em Direito dos advogados-deputados em cada estado, por instituição de ensino (recorte 1945-2010)

UF	USP	UFRJ	UFRGS	UFPE	UFMG	UFF	UFBA	Outras	Total
TO	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%
Território AC	0	100%	0	0	0	0	0	0	100%
SP	49%	8,3%	0	1%	1%	2,1%	0	38,5%	100%
SE	0	17,6%	0	5,9%	5,9%	5,9%	17,6%	47,1%	100%
SC	4,3%	17,4%	13%	0	0	0	0	65,2%	100%
RS	0	1,6%	48,4%	0	0	1,6%	0	48,4%	100%
RR	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%
RO	0	0	0	0	20%	0	0	80%	100%
RN	0	0	0	50%	0	12,5%	0	37,5%	100%
RJ	0	30%	0	0	0	28%	0	42%	100%
PR	2,4%	4,9%	2,4%	0	2,4%	4,9%	0	82,9%	100%
PI	6,3%	6,3%	0	0	0	6,3%	6,3%	75%	100%
PE	0	2,9%	0	82,9%	0	0	0	14,3%	100%

<i>PB</i>	0	0	0	53,6%	0	0	0	46,4%	100%
<i>PA</i>	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%
<i>MT</i>	16,7%	33,3%	0	0	0	0	0	50%	100%
<i>MS</i>	0	10%	0	0	0	1%	0	80%	100%
<i>MG</i>	1,1%	11%	0	0	56%	6,6%	0	25,3%	100%
<i>MA</i>	0	11,1%	0	5,6%	0	5,6%	0	77,8%	100%
<i>GB</i>	0	37,5%	0	0	0	25%	12,5%	25%	100%
<i>GO</i>	8,7%	8,7%	0	0	4,3%	13%	0	65,2%	100%
<i>ES</i>	0	28,6%	0	0	0	7,1%	0	64,3%	100%
<i>DF</i>	0	28,6%	14,3%	0	0	14,3%	0	42,9%	100%
<i>CE</i>	0	4%	0	4%	4%	0	0	88%	100%
<i>BA</i>	0	0	3%	3%	0	3%	78,8%	12,1%	100%
<i>AM</i>	0	28,6%	0	0	0	0	0	71,4%	100%
<i>AL</i>	0	22,2%	0	0	0	0	0	77,8%	100%
<i>AC</i>	50%	0	0	0	0	0	0	50%	100%
Mass	0,085	0,105	0,056	0,08	0,086	0,058	0,047	0,483	

Fonte: NUSP/UFPR

Numa descrição aberta, se apresentam as composições de cada universidade e a proporção de formação por estado da seguinte forma:

Os deputados que se formaram na USP são, primeiramente, do estado de São Paulo (83,9%), seguidos dos de Goiás e Mato Grosso (3,6% cada), Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Piauí e Acre (1,8% cada). No entanto, a USP é responsável por 49% das formações de deputados-advogados de SP, 16,7% dos de MT, 6,3% dos eleitos por PI; 8,7% e GO, 2,4% do PR, 4,3% de SC, e 1,1% de MG.

A composição do grupo dos egressos da UFRJ é de 21,7% de deputados-advogados do RJ; 14,5% de MG; 11,6% de SP; 5,8% de ES, MT e SC; 4,3% de SE e Guanabara; 2,9% de PR, MA, GO, DF, AM e AL; 1,8% do AC; 1,4% AC, RS, PI, PE, MS e CE. Vendo o índice de formações pelo ângulo dos estados, a UFRJ formou todos os deputados-advogados do Acre; 37,5% da Guanabara; 33,3% dos de MT; 30% dos de RJ; 28,6% dos de ES, AM e DF; 22,2% de AL; 17,6% dos de SE; 17,4% de SC; 11% de MG; 10% do MS; 8,7% de GO; 8,3% daqueles de SP; 6,3% do PI; 4% do CE; 4,9% do PR; 2,9% de PE; e 1,6% de RS.

A UFRGS tem 83,8% de seus egressos vindos do RS; 8,1% de SC e 2,7% vindos do PR, DF e BA. Esta universidade é responsável pela formação de

48,4% dos deputados-advogados de RS; 13% dos de SC; 14,3% dos do DF; 2,4% dos do PR e 3% dos da BA.

A UFPE é formada por 54,7% de alunos de PE; 28,3% de PB; 7,5% do RN; e SP, SE, MA, CE e BA perfazem 1,9% cada. A universidade é responsável por 82,9% dos diplomas de PE; 53,6% dos diplomas da PB; 5,9% de SE; 5,6% do MA; 4% da BA; 1% dos de SP.

UFMG é composta de 89% de egressos do estado de Minas Gerais. SP, SE, RO, PR, GO e CE aparecem entre estes, com 1,8% de presença cada. Esta instituição de ensino proveu 56% dos diplomas dos deputados-advogados de MG e proporções inferiores a 5% nos outros estados citados.

Quando observada a UFF, sua composição é variada: 36,8% do RJ; 15,8% de MG; 7,9% de GO; 5,3% tanto de SP quanto da Guanabara; e, com 2,6%, uma minoria formada por SE, RS, RN, PI, MA, ES, DF e BA. Analisando pelos estados, a UFF foi responsável por 28% dos diplomas do RJ; 25% da Guanabara; 14,3% do DF; 13% de GO; 10% do MS; 7,1% de ES; 6,6% de MG; 6,3% do PI e, em porcentagens menores que esta, SP, RS, PR, MA e BA.

A UFBA tem entre seus egressos 83,9% de deputados da Bahia; 9,7% de SE; e 3,2% do PI e Guanabara. A instituição é responsável por 78,8% dos diplomas na Bahia; 17,6% dos de SE; 12,5% da Guanabara; 6,3% do PI.

Alguns estados possuem maior vínculo com outras faculdades, como o Paraná, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Goiás, Espírito Santo, Ceará, Amazonas e Alagoas. Tocantins, Roraima e Pará tem dentre seus deputados-advogados que exclusivamente se formaram em outras universidades não listadas, podendo confirmar a tendência de concentração de casos regionalmente como modo predominante de distribuição.

Tomando a diferença da proporção entre o número de instituições existentes e o número das aqui elencadas, já é possível dizer que existem universidades que formam mais políticos que outras, embora possamos considerar resultados artificiais nas concentrações de caso, devidas a tamanhos expressivos de bancadas estaduais. Ainda assim, uma polarização dos cursos de Direito está presente. Não exatamente se pode precisar quais as razões que fariam o nome de uma instituição, antiguidade, qualidade de curso formalizada por uma nota

oficial ou outra, tradição, quiçá todas estas razões juntas, talvez ainda outras. As instituições exclusivas podem sugerir uma coesão intra-elite, ou mesmo um senso de tradição local que ultrapassa outros critérios. A abertura dos índices de polaridade para números cada vez maiores pode levantar uma hipótese a respeito da escolha da universidade por comodidade – com o surgimento de cursos próximos ao local original do político, as “outras” universidades e novos polos passaram a se mostrar mais atraentes. No entanto, a permanência de algumas universidades ilustra que indivíduos costumemente procuram centros tradicionais, mas sem deixar de procurar aqueles próximos de seu local de origem. Uma configuração não muito diferente da apresentada por Gaxie e Godmer (2008) a respeito de países como Itália e Espanha. Isso nos diria que a universidade já não é vista como local automático ou mesmo imediatamente vinculado com a visibilidade pública desde certo tempo: o curso não é mais tido como *hangouts* de aspirantes.

4.2 VARIÁVEIS PROFISSIONAIS: TEMPO ENTRE FORMAÇÃO E ENTRADA NA POLÍTICA E TIPOS DE PROFISSÕES EXERCIDAS

A variável “tempo entre formação e política” é o número de anos entre a obtenção do diploma de graduação e o ano do primeiro cargo na vida política. Essa variável presume que neste dado intervalo temporal se daria um tempo mínimo do exercício profissional informado nos dados do indivíduo.

“Esferas de ocupação” é uma variável formada por três categorias: aqueles que foram apenas advogados; aqueles que exerceram, além da profissão de advogado, outras profissões jurídicas; e aqueles que ocuparam outros postos de trabalho, não relacionados com a esfera jurídica, além da profissão de advogado.

Tabela 5 - "Esferas de ocupação" dos deputados analisados, todos os recortes temporais entre 1945 e 2010

	<i>Geral</i>	<i>1945-1962</i>	<i>1966-1982</i>	<i>1986-2010</i>
<i>Apenas advogado</i>	39,8% (262)	35,4% (146)	39,7% (205)	40,5% (170)
<i>Esfera jurídica</i>	15% (99)	17,7% (73)	13,2% (68)	15,2% (64)
<i>Profissões mistas</i>	45,2% (298)	47% (194)	47,1% (243)	44,3% (186)
<i>Total</i>	N=659	N=413	N=516	N=420

Fonte: NUSP/UFPR

Temos que o desenho da distribuição de casos não mudou em essência ao longo do recorte temporal. O exercício de múltiplas profissões é mais comum que ser puramente advogado, e tanto mais comum quando consideramos profissões não relacionadas ao jurídico. Isso pode confirmar uma tendência à advocacia ter, para os advogados-deputados deste estudo, um valor agregador, cumulativo. No entanto, é crescente o número daqueles que se mostram apenas advogados, sobretudo quando comparados o período de 1945 a 1962 com o seguinte, no qual o número daqueles que integravam a esfera jurídica cai, concomitantemente. A modificação do perfil ocorre de forma tímida, não havendo índices significativos de diferença entre cada um dos recortes.

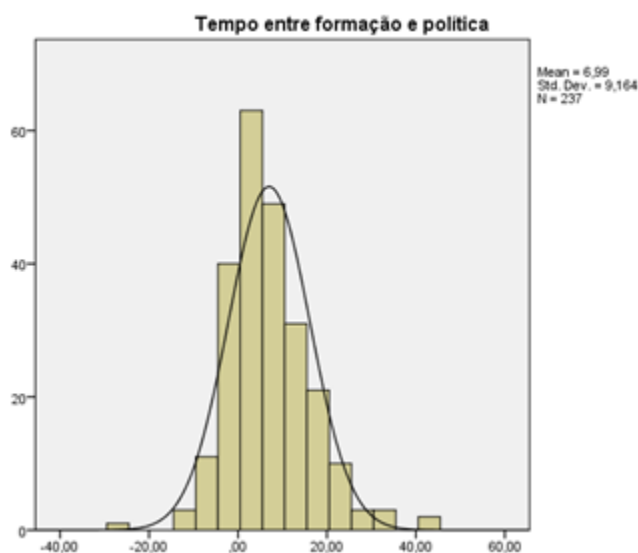
Tabela 6 - Média de anos entre formação e entrada na política dos deputados analisados, todos os recortes temporais entre 1945 e 2010

	<i>Geral</i>	<i>1945-1962</i>	<i>1966-1982</i>	<i>1986-2010</i>
<i>Média</i>	7,53	8,8402	7,177	6,9873
<i>Desvio padrão</i>	8,161	7,8569	7,47051	9,16352
<i>Máximo</i>	42	37	32	43
<i>Mínimo</i>	-27	-7	-11	-27
<i>Variância</i>	66,597	61,731	55,809	83,970
<i>Moda</i>	2	9	7	2

Fonte: NUSP/UFPR

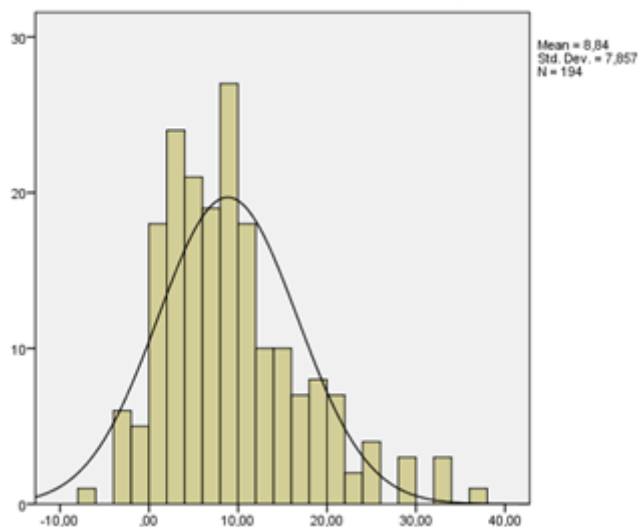
Os resultados aqui apresentados mostram uma curiosa amplitude de casos, o que faz com que médias simples pareçam insuficientes para explicar o quadro. Da mesma forma, tal amplitude estimula a imaginação quanto à possível variedade de perfis dentro do meio dos indivíduos estudados.

Gráfico 2- Histograma de tempo entre a formação e a entrada na política dos deputados-advogados estudados, período 1945-1962



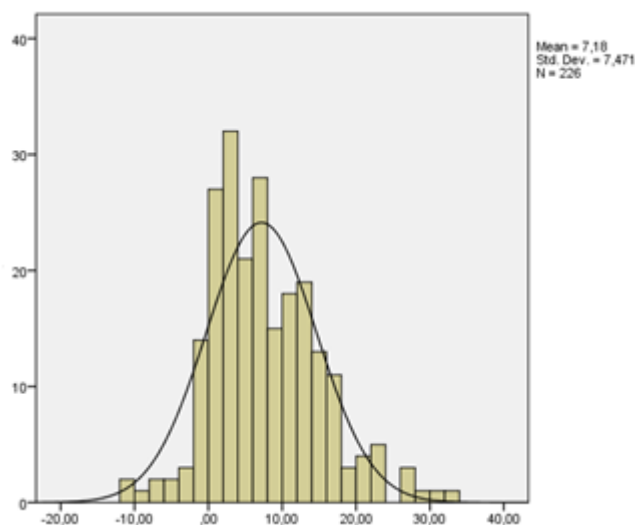
Fonte: NUSP/UFPR

Gráfico 4- Histograma de tempo entre a formação e a entrada na política dos deputados-advogados estudados, período 1966-1982



Fonte: NUSP/UFPR

Gráfico 3- Histograma de tempo entre a formação e a entrada na política dos deputados-advogados estudados, período 1986-2010



Fonte: NUSP-UFPR

A distribuição desigual dos casos pode nos fazer pensar em quatro grupos: 1) os que se formam após a entrada na política, 2) aqueles que entram para a política após um curto período de tempo passado desde a obtenção do diploma, 3) deputados-advogados que exerceram a profissão por um período de tempo mediano e 4) aqueles que possuíram um longo período de exercício independente da política após a capacitação universitária.

Para aqueles que possuem formação após a entrada na política, podemos considerar que o diploma teve valor adicional em seu capital político, e valor residual para quaisquer elementos relativos ao recrutamento. Quanto mais o exercício profissional desligado da política se estende, mais podemos considerar a força de um vínculo com a “categoria advogado” e uma identidade pura inerente. O caso dos quais que se formam pouco antes da entrada na política é particular e pode fazer parte do grupo mais puro do exemplo dado nos estudos da relação advogados-parlamento: o curso de Direito e a identidade de advogado como atraentes para aquele que deseja ser político ou possui inclinação para tal, seja esta atração e a obtenção do vínculo intencionais ou não. Os casos não são excluídos pois, pela forma desta pesquisa não é possível especular sobre ausência ou presença de exercício profissional, mesmo que se possa considerar nulo um período exclusivo deste.

Observando os valores para cada período, é notável que a variância é altíssima no período mais recente, podendo significar uma maior heterogeneidade no grupo estudado. Isso pode ser provado ou descartado com a análise de correspondência múltipla, como veremos a seguir.

A variável categórica “formou-se pouco tempo antes da política” irá se referir a quase um terço de casos que se formaram até quatro anos antes da política no caso geral.

Também deve ser comentado o uso do nome “tempo de ocupação” para esta variável em sua versão categórica: tal denominação presume o abandono da profissão ao tornar-se político. Ou seja, esta variável também presume, além do tempo necessário ao engrenar de uma carreira, que o advogado-deputado se torna deputado deixando de ser advogado: profissionaliza-se novamente, em outra área. No entanto, é reconhecido que esta não deva ser a via geral de carreira dos indivíduos estudados – uma vez que profissões liberais propiciam tempo para dedicação à política, não necessitando um abandono total de sua prática.

A variável “tempo entre formação e a entrada na Câmara dos Deputados” é um amálgama entre a “tempo entre formação e política” e um aspecto de extensão de carreira, desta vez diferente da variável “número de cargos”, por sua forma de observação do tempo. Pensar em termos temporais,

independentemente de número de cargos exercidos, acaba por considerar também possíveis períodos de afastamento da política, eleições perdidas e evoluções lentas.

4.3 VARIÁVEIS POLÍTICAS

a) *Herdeiros do meio político*

Esta variável se relaciona com os indivíduos que possuem familiares que ocuparam postos políticos em épocas anteriores a estes.

Tabela 7 - Presença de herdeiros políticos dentre os deputados-advogados estudados, no período 1945-2010

	<i>Geral</i>	<i>1945-1962</i>	<i>1966-1982</i>	<i>1986-2010</i>
Herdeiros	24,4% (N=161)	27,2% (53)	24,2% (55)	22,8% (54)
Não herdeiros	75,3% (N=496)	72,3% (141)	75,3% (171)	77,2% (183)
Total	N = 657	N = 195	N = 226	N = 237

Fonte: NUSP-UFPR

Temos uma tendência vagarosa, mas progressiva, de diminuição do número de herdeiros políticos. A variável será listada para a análise de correspondência nos mesmos moldes categóricos demonstrados no quadro, sendo constada aqui para destaque da porcentagem de não herdeiros no modelo

b) *Ideologia partidária: da direita ao centro*

Para a criação de uma variável relativa ao posicionamento ideológico do partido pelo qual o deputado-advogado foi eleito, é utilizada a classificação em três categorias: esquerda, centro e direita. Numa exposição de frequências simples, ilustrando o último partido adotado no período, temos a distribuição dos deputados-advogados nas divisões do espectro ideológico dada da seguinte maneira:

Tabela 8- Distribuição dos Deputados-Advogados no espectro ideológico, período entre 1945-2010

	<i>Geral</i>	<i>1945-1962</i>	<i>1966-1982</i>	<i>1986-2010</i>
--	--------------	------------------	------------------	------------------

Esquerda	15,6% (N=103)	16,9% (43)	4,2% (12)	25,7% (61)
Centro	42,2% (278)	48% (122)	42,2% (121)	43% (102)
Direita	41,7% (278)	33,1% (84)	53,7% (154)	31,2% (74)
<i>Missing</i> ⁴	0,5% (3)	2,0% (5)		
Total	N = 659	N = 254	N = 287	N = 237

Fonte: NUSP/UFPR

A classificação dos partidos foi feita de forma que, dos partidos presentes entre 1945 e 1966, a esquerda é representada pelo PST, MTR e PRT; no centro, temos PSD, PTB, PTN, MPA, PSP e PDC; a direita é formada pela UDN, PRP e PR.

Ao pensar o período 1966-1980, o MDB foi considerado um partido de centro, e o ARENA se coloca à direita do espectro ideológico.

No recorte entre 1980 e 2010, temos PT, PPS, PDT, PSB e PRT entre os partidos de esquerda; o centro é formado pelo PSDB, PMDB e PST; e a direita conta com PDS, PPR, PSC, PFL, DEM, PDC, PTB, PSD, PTC, PRN, PSL e PR.

No caso do período 1966 a 1982, o número de deputados listados como de esquerda é baixo por pertencerem a partidos que surgem após 1980, tendo este trabalho considerado o regime bipartidário como desprovido de partidos de esquerda.

Podemos observar que a profissão de advogado é espalhada entre a direita e o centro político, numa proporção alternada ao longo do recorte temporal, embora a diferença entre os grupos possa ser considerada baixa. No entanto, comparando o primeiro momento do recorte temporal com aquele mais recente, a esquerda ganhou um número considerável de advogados, fazendo com que o perfil se torne consideravelmente diverso. Desta forma, este quadro se torna compatível com a hipótese de que a profissão *per se* estaria desligada do aspecto ideológico, sobretudo pela natureza de defender uma causa, não

⁴ Os casos dados como *Missing* foram computados com base naqueles que fizeram parte de coligações ou partidos de pouca duração, tendo poucas informações sobre eles.

importando a qual (DOGAN, 1999), sendo um grupo coeso apenas por aspectos sociais relativos à educação e a profissão (GAXIE, 2012a; KARPIK, 1985).

4.4 VARIÁVEIS DE CARREIRA

As variáveis de carreira abordadas no modelo são “Alto Clero” *versus* “Baixo Clero”, bem como temos a variável referente ao número de cargos ocupados e ao número de vezes que ocupou cadeira na Câmara dos Deputados.

A diferenciação entre “Baixo clero” e “Alto clero” foi feita separando dos demais os deputados federais que foram membros titulares da mesa diretora, líderes de bancada partidária ou suprapartidária e presidentes de comissões técnicas (SIMONI; MUCINHATO; MINGARDI, 2015). Desta forma temos o grupo formado pela “elite parlamentar”. Esta tabela serve como base descritiva para o estudo posterior.

Tabela 9 - Distribuição dos Deputados-Advogados entre “Alto Clero” e “Baixo Clero” entre 1945 e 2010

	Geral	1945-1962	1966-1982	1986-2010
“Baixo Clero”	80,6% (531)	80,3% (204)	77,4% (222)	82,7% (196)
“Alto Clero”	19,4% (128)	19,7% (50)	22,6% (65)	17,3% (41)
Total	N = 659	N = 254	N = 287	N = 237

Fonte: NUSP/UFPR

As outras duas variáveis têm, em um de seus propósitos, algo em comum: diferenciar “novatos” e “veteranos” políticos e estimar duração de carreiras. Como já mencionado, a exclusão de casos de nomes repetidos foi feita com base no registro mais recente – de forma que cada deputado foi listado em sua última legislatura no recorte temporal.

Tabela 10 - Número de cargos previamente ocupados pelos deputados estudados, contendo todos os recortes entre 1945 e 2010

	<i>Caso geral</i>	<i>1945-1962</i>	<i>1966-1982</i>	<i>1986-2010</i>

<i>Média</i>	3,86 cargos	3,31	3,93	4,22
<i>Sem cargo prévio</i>	9,6% (N=63)	10,6% (27)	7,7% (22)	8,9% (21)
<i>Até 2 cargos</i>	26,3% (173)	29,5% (75)	28,6% (82)	21,1% (50)
<i>Entre 3 e 5 cargos</i>	40,5% (267)	47,2% (120)	37,6% (108)	40,5% (96)
<i>Mais que 5 cargos</i>	23,7% (156)	12,6% (32)	26,1% (75)	29,5% (70)
<i>Total</i>	N = 659	N = 254	N = 287	N = 237

Fonte: NUSP/UFPR

Tabela 11 - Número de mandatos ocupados Câmara dos Deputados pelos deputados estudados, contendo todos os recortes entre 1945 e 2010

	<i>Caso geral</i>	<i>1945-1962</i>	<i>1966-1982</i>	<i>1986-2010</i>
<i>Média</i>	1,17	0,92	1,26	1,32
<i>Primeiro mandato</i>	45,7% (N=301)	51,2% (130)	42,9% (123)	41,4% (98)
<i>Reeleito</i>	21,5% (142)	21,3% (54)	23,3% (67)	21,9% (52)
<i>Dois mandatos e acima</i>	32,8% (216)	27,6% (70)	33,8% (97)	36,7% (87)
<i>Total</i>	N = 659	N = 254	N = 287	N = 237

Fonte: NUSP/UFPR

Nota-se que os “novatos” perfaziam a Câmara com maior intensidade no primeiro período do recorte temporal, embora o número total de cargos fosse mais alto – ou seja, a “queima de etapas” era ocorrência menos frequente.

Os reeleitos são grupo que se mantém constante, enquanto as carreiras mais longas, com mais de uma reeleição, perfazem aquele que cresce acentuadamente do período 1945-1962 ao mais recente.

Em suma, cada uma das variáveis apresentada foi moldada de forma que fossem reduzidas ao menor número possível de categorias, para que pudessem ser melhor utilizadas na Análise de Correspondência Múltipla, que será

apresentada no trecho seguinte deste trabalho, isso de forma a facilitar a leitura dos *biplots* e a elaboração de correlações.

Primeiramente, "Instituição de ensino na qual se formou" foi reduzida à variável binária "Universidade de elite", onde são listados aqueles locais de formação escolar mais tradicionais, em oposição a outros. A "tradição" foi determinada com base na comparação de listas de *chi-squared* de todos os períodos estudados.

O estudo de aspectos profissionais delimita "formas de ser advogado", consistindo nas seguintes variáveis: "Esferas de ocupação", onde separamos aqueles que declararam a advocacia como sua única profissão, daqueles que também atuaram em outras esferas jurídicas e aqueles que declararam outras ocupações junto ao ofício de advogado. Desta forma, procura-se "maneiras de ser advogado", sendo ela "pura" ou interseccional com diferentes modos de ocupação.

A variável "Tempo entre formação e entrada na política" é dividida entre aqueles que obtiveram seu diploma após a entrada em seu primeiro cargo político ("Formou-se após a entrada na política"), os que tiveram um intervalo de zero a quatro anos antes do exercício político ("Formou-se pouco antes") e aqueles que possuem um intervalo superior a quatro anos entre estes eventos ("Formou-se muito antes"). Esta especula a respeito de um período no qual o indivíduo supostamente exerceria sua ocupação integral e exclusivamente, um interlúdio antes de sua integração como político.

Uma variável interseccional entre o aspecto profissional e o político é a "Tempo entre formação e entrada na Câmara dos Deputados", onde apenas o tempo é contabilizado, independentemente de número de cargos, podendo significar carreiras formadas por muitos postos, ou de progressão lenta. A média de tempo registrada é de 20 anos, de forma que a variável gerada é binária, relativa àqueles acima ou abaixo desta quantia de tempo.

Ao modificar as variáveis relacionadas à política para uso posterior, a ideologia partidária teve sua classificação reduzida a três categorias, sendo elas esquerda, centro e direita; tal variável tenta associar posicionamentos políticos com configurações profissionais.

Numa observação mais social que política, é investigada a presença de deputados-advogados que possuem, em sua ascendência, ocupantes de cargos políticos. A variável resultante é binária, consistindo naqueles "sem herança" e "herdeiros políticos".

As carreiras daqueles aqui estudados foram tratadas nas variáveis "Alto ou Baixo clero", "número de cargos ocupados" e "número de mandatos na Câmara dos Deputados"; a primeira é uma variável binária, sendo que "alto clero" são aqueles da "elite parlamentar", ocupantes de posições de destaque e liderança na CD. Ao agrupar o número de posições políticas ocupadas por cada deputado-advogado, foram criadas a categoria "sem cargo prévio", "entre um a dois cargos", "entre três a cinco cargos" e "mais que cinco cargos", de forma a retratar diferentes e variadas extensões de carreira, mas ainda dentro dos limites plausíveis para a análise de correspondência multivariada. O número de mandatos na Câmara tomou molde binário, onde se distinguem os "novatos", aqueles em seu primeiro mandato e os "veteranos", reeleitos, experientes.

5. O DESENHO DO PERFIL GERAL: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA

O propósito deste capítulo é buscar relações entre categorias que compõem as variáveis, de forma que seja desenhado um quadro com aproximações e afastamento de características. A análise de correspondência multivariada, também chamada análise de homogeneidade, é um método de análise descritiva com variáveis categóricas, que gera uma representação visual das relações entre categorias num mesmo espaço (GREENACRE, 2010b; HOFFMAN; DE LEEUW, 1992) e revela possíveis padrões. Este método pode servir ao propósito de criação de um modelo tipológico, caso características se agrupem em áreas distintas do plano de estudo. Os quadros foram montados utilizando as variáveis previamente citadas, utilizando normalização simétrica, de forma que a variância se distribui igualmente entre as linhas e colunas da matriz de cálculo. Os gráficos aqui apresentam o plano bidimensional com pontos referentes às categorias de cada variável, sendo que a proximidade entre os pontos depende da frequência da ocorrência concomitante de características.

Serão apresentados o gráfico que localiza as proximidades entre características, as tabelas de correlação entre variáveis e valores referentes à variância, indicada pelos *eigenvalues* ilustrados no gráfico de “medidas de discriminação”. Baixos valores nestes gráficos indicam baixa contribuição para o caráter discriminatório da análise, ou seja, uma menor diferenciação de perfis em meio às categorias da variável. O inverso também é considerado: altos valores discriminatórios indicam maior variância de perfil.

Todas as análises aqui apresentadas possuem um índice baixo do alfa de Cronbach, uma “medida de consistência interna”, mensurando qual a proximidade da relação de um conjunto de itens como um grupo, sendo ligado à média de correlação de todos os elementos do modelo. Apesar do “limite mais aceito” ser de 0,7, valores mais baixos são válidos em análises exploratórias, sobretudo pois podem ser resultantes de construtos muito heterogêneos ou pouca relação entre casos. Neste trabalho, os valores conseguidos já ilustram, inicialmente, o quanto o grupo analisado é heterogêneo. A ausência ou presença de inter-relações entre variáveis já é parte da hipótese que deve ser testada na sequência.

Tabela 12 - Alfa de Crohnbach para as análises de correspondência apresentadas

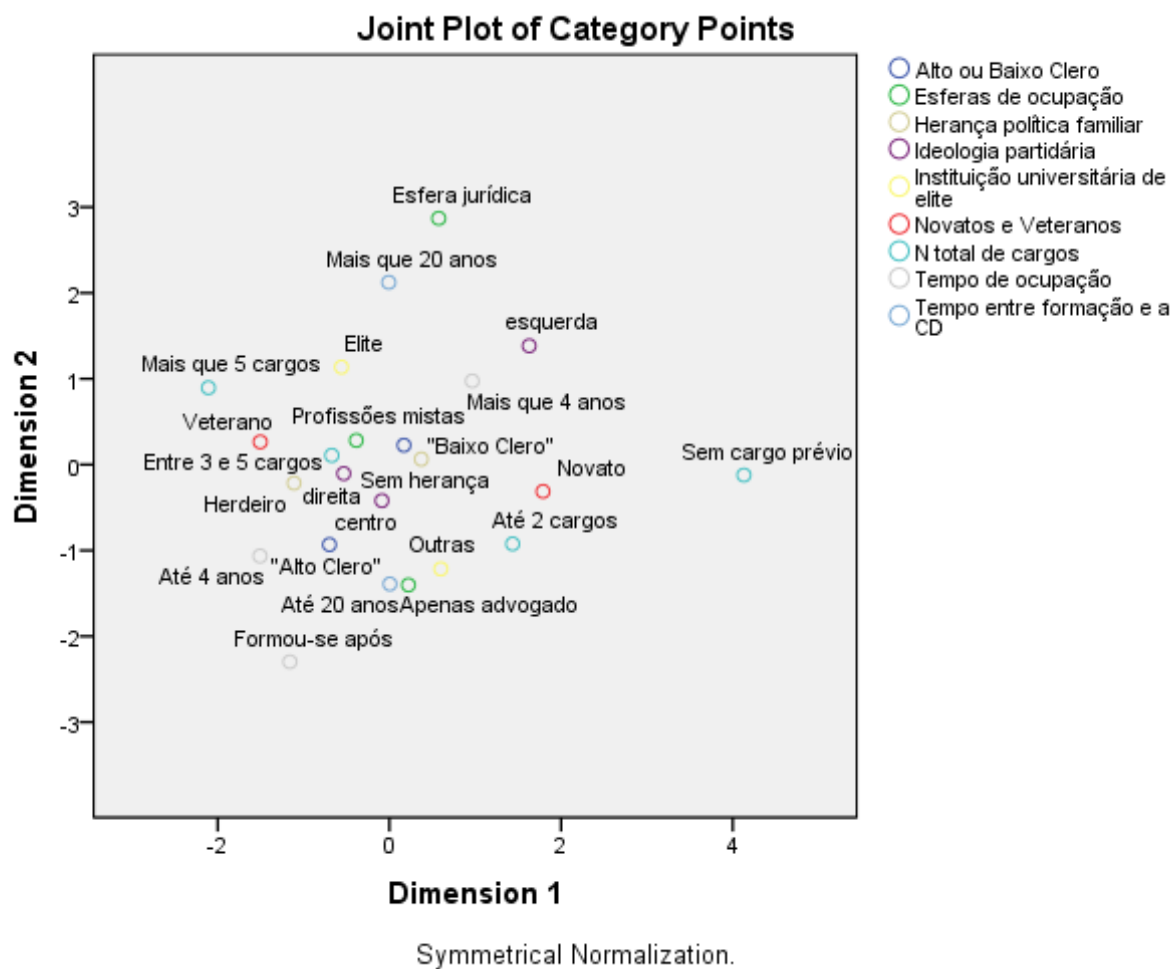
	<i>Geral</i>	<i>1945-1962</i>	<i>1966-1982</i>	<i>1986-2010</i>
<i>Dimensão 1</i>	0,468	0,504	0,512	0,509
<i>Dimensão 2</i>	0,268	0,312	0,323	0,366
<i>Média</i>	0,381	0,421	0,430	0,445

Fonte: NUSP/UFPR

5.1 CASO GERAL: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA

O gráfico aqui apresentado exhibe as categorias das variáveis estudadas, diferenciadas pelas cores dos círculos demarcadores. É referente a todos os casos do período 1945-2010 ("caso geral") e propõe mostrar possíveis correlações de variáveis ou aproximação de categorias.

Gráfico 5 - Análise de correspondência entre Unidade Federativa pela qual cada deputado foi eleito versus instituições de ensino "tradicionais", período de 1945 a 2010



Fonte: NUSP/UFPR

Tabela 13- Alfa de Cronbach e variância da análise de correspondência múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, período 1945-2010

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	0,468	1,711	0,19
2	0,268	1,313	0,146
Total		3,024	0,336
Média	,381	1,512	0,168

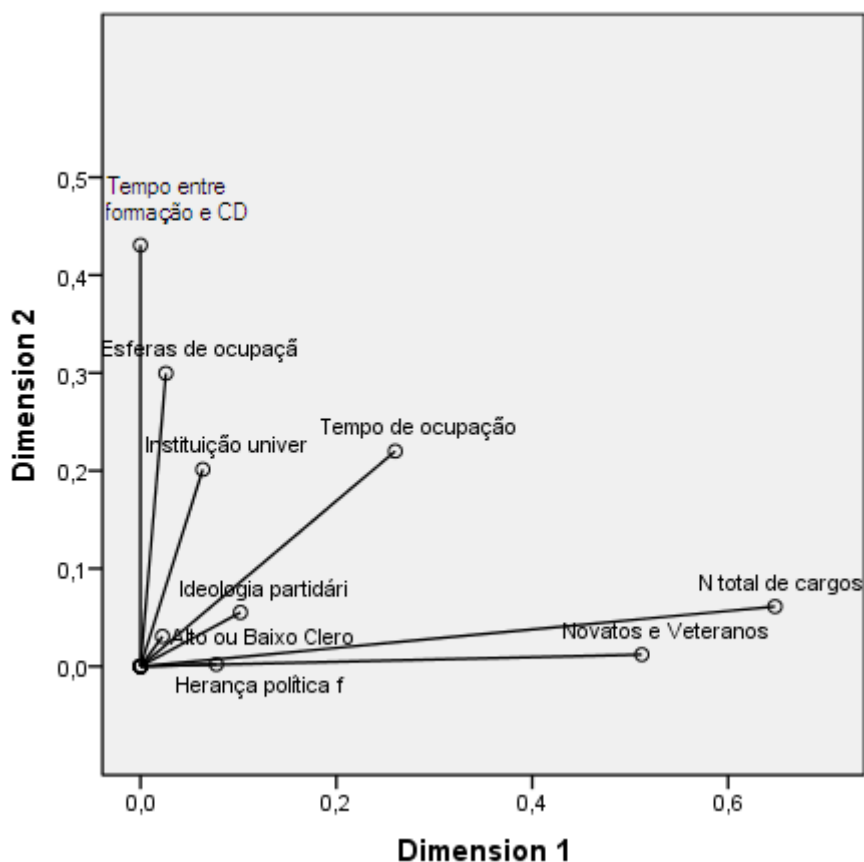
Fonte: NUSP/UFPR

Dois dos valores de medidas de discriminação (gráfico 6) estão acima de 0,5: a variável “Novatos e veteranos” (0,512) e “Número total de cargos” (0,648), ambas com valores altos na dimensão 1. Na dimensão 2, a variável que apresenta a medida mais alta é o tempo entre a formação e a entrada na Câmara (0,431). Tempo de Ocupação foi uma variável com um valor médio de *eigenvalue* em ambas as dimensões, com média de 0,240.

Ideologia partidária, ser do alto ou baixo clero ou ser herdeiro político obtiveram *eigenvalues* baixíssimos em ambas as dimensões, com índices médios de, respectivamente, 0,079, 0,027 e 0,040; sendo então variáveis que pouco discriminam os casos no plano.

A dimensão 1 se refere, primariamente, a variáveis de carreira e a dimensão 2 tem predominância de variáveis referentes à instrução universitária e profissão.

Gráfico 6- Medidas de discriminação: eigenvectors para todas as variáveis estudadas, 1945-2010



Fonte: NUSP/UFPR

Na tabela de correlação entre variáveis (tabela 7.3), duas delas exibiram valores acima de 0,3. No caso, sendo a relação entre o número total de cargos e tempo de ocupação e a relação entre “Novatos e Veteranos” e o número de cargos, algo esperado, pois todo aquele que não ocupou cargo prévio pode ser considerado um “novato” e todos os “veteranos” ocuparam ao menos um cargo prévio.

A respeito da correlação “Número total de cargos” *versus* “Tempo de ocupação”, temos uma tabela de cruzamento de dados para que a observação seja facilitada:

Tabela 14- Cruzamento de dados entre as variáveis "Tempo entre formação e entrada na política" versus "Número total de cargos" para todos os deputados estudados, período 1945-2010

	Até 4 anos	Mais que 4 anos	Formou-se após	Total
Sem cargo prévio	2,6% (N = 5)	14,6% (57)	1,3% (1)	9,6% (63)
<i>Resíduo padronizado</i>	-3,1	3,2	-2,3	
Até 2 cargos	20,4% (39)	32,2% (126)	10,4% (8)	26,3% (173)
<i>Resíduo padronizado</i>	-1,6	2,3	-2,7	
Entre 3 e 5 cargos	42,4% (81)	36,8% (144)	54,5% (42)	40,5% (267)
<i>Resíduo padronizado</i>	0,4	-1,1	1,9	
Mais que 5 cargos	34,6% (66)	16,4% (64)	33,8% (26)	23,7% (156)
<i>Resíduo padronizado</i>	3,1	-3	1,8	
Total	100% (191)	100% (391)	100% (77)	100% (659)

Chi-Squared: 67,498

Sig.: 0,000

Fonte: NUSP/UFPR

Neste quadro, conforme ilustrado no gráfico 5, temos que carreiras mais longas foram trilhadas por indivíduos com menor tempo entre a formação e a política. Tempo este que, neste trabalho, é chamado “tempo de ocupação”, uma vez que seria um período no qual o indivíduo exerceria sua profissão. Esta observação pode ser devida a uma dedicação ao político superior a quaisquer outras, ou um planejamento precoce de carreira.

A respeito do plano geral de pontos, podemos observar uma nuvem difusa de características, sem forte polaridade – o que ilustra uma multiplicidade variada de perfis, com combinações igualmente variadas de características. Destarte, fica aqui um aviso a ser ouvido também para a interpretação dos planos seguintes: aquilo que é analisado são relações de proximidade, e não exclusividade ou correlação estrita – observa-se o que está “mais próximo que”.

Ainda a respeito do gráfico referente à análise de correspondência unificada, a respeito de todos os períodos estudados, temos que os indivíduos incluídos no “Alto clero”, ou seja, aqueles de participação nas atividades da elite parlamentar, também não se distanciam tanto daqueles do “baixo clero”, no entanto tendo mais afinidade com os pontos que ilustram uma formação universitária pouco tempo antes ou mesmo após a entrada na política.

Os pontos que representam o centro e a direita políticos estão mostrados muito próximos – o que indica que estes possuem perfis semelhantes, enquanto o ponto da esquerda, afastado, indica uma diferenciação. A esquerda, segundo o plano, está mais próxima do perfil daquele que teve mais que quatro anos entre a graduação e a política que os outros dois posicionamentos. O mesmo caso de proximidades que denunciam perfis semelhantes ocorre com a variável “herança política familiar”.

Enquanto a categoria profissional “esfera jurídica” parece se inclinar à esquerda quando comparada a distância entre os pontos destas duas categorias e os pontos das demais posições ideológicas, “profissões mistas” fica extremamente próximo do *centroid*, o que indicaria a presença de perfis variados. Ser “apenas advogado” esteve próximo de categorias que ilustrariam uma

proximidade maior de instituições outras que não as de elite, e um tempo de profissão mais curto.

Políticos de carreira longa parecem mais vinculados às instituições de elite, quando comparados com os “novatos”.

Tabela 15 - Correlação entre variáveis estudadas, período 1945-2010

Correlação de variáveis após transformação

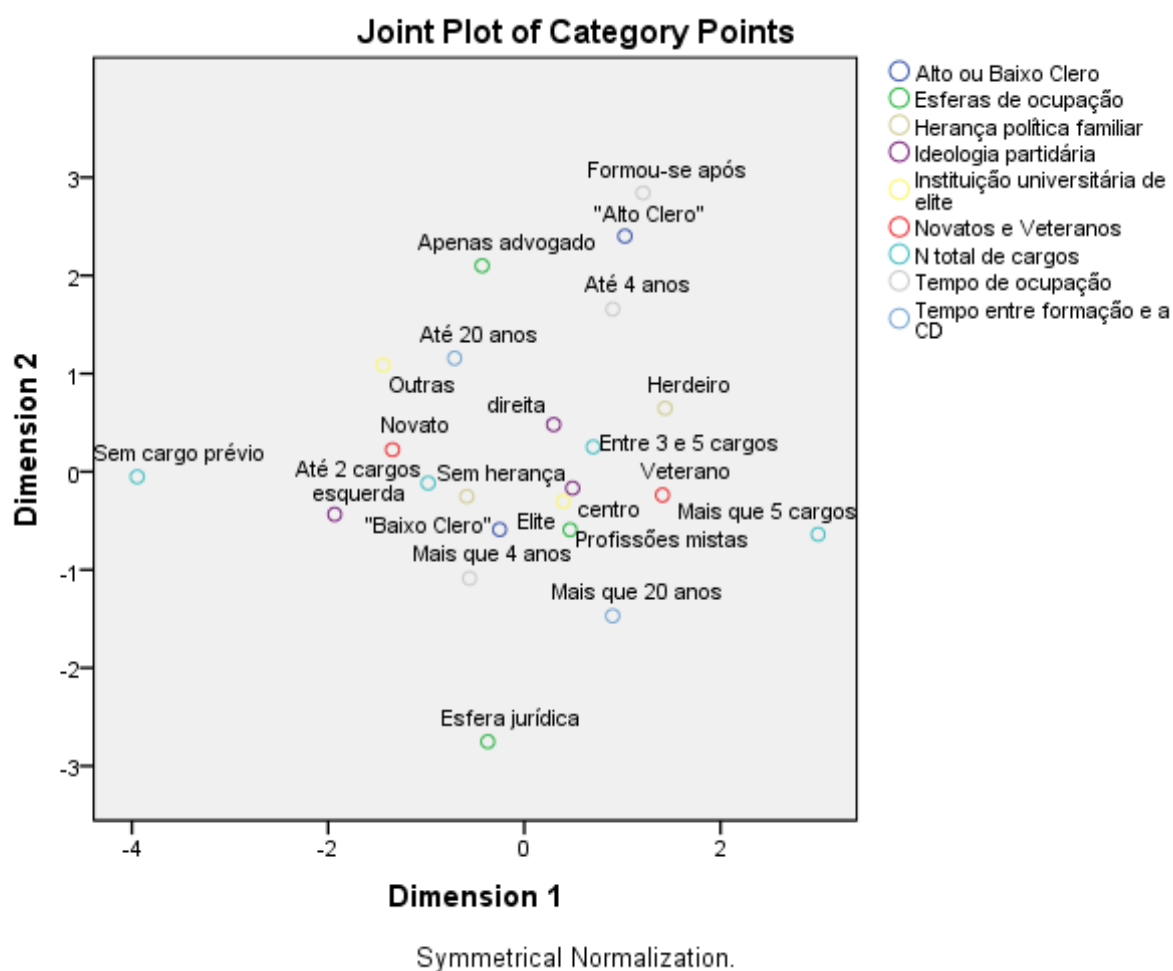
	<i>Esferas de ocupação</i>	<i>Ideologia partidária</i>	<i>Alto ou Baixo Clero</i>	<i>Herança política familiar</i>	<i>N total de cargos</i>	<i>Tempo de ocupação</i>	<i>Tempo entre formação e a CD</i>	<i>Instituição universitária de elite</i>	<i>Novatos e Veteranos</i>
<i>Esferas de ocupação</i>	1	0,087	-0,021	-0,003	0,05	0,053	0,002	0,007	0,029
<i>Ideologia partidária</i>	0,087	1	0,039	0,122	0,078	0,075	-0,033	0,048	0,085
<i>Alto ou Baixo Clero</i>	-0,021	0,039	1	0,005	0,02	0,073	-0,045	0,075	0,034
<i>Herança política familiar</i>	-0,003	0,122	0,005	1	0,048	0,049	-0,059	0,128	0,085
<i>N total de cargos</i>	0,05	0,078	0,02	0,048	1	0,304	0,158	0,102	0,474
<i>Tempo de ocupação</i>	0,053	0,075	0,073	0,049	0,304	1	-0,137	-0,029	0,094
<i>Tempo entre formação e a CD</i>	0,002	-0,033	-0,045	-0,059	0,158	-0,137	1	0,105	-0,067
<i>Instituição universitária de elite</i>	0,007	0,048	0,075	0,128	0,102	-0,029	0,105	1	0,066
<i>Novatos e Veteranos</i>	0,029	0,085	0,034	0,085	0,474	0,094	-0,067	0,066	1
Dimensão	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Eigenvalue	1,708	1,197	1,139	1,049	0,992	0,874	0,861	0,774	0,406

Fonte: NUSP/UFPR

5.2 CASO DO PERÍODO 1945-1962, ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA

O gráfico que é mostrado a seguir é uma representação de distâncias entre categorias de variáveis. As categorias são representadas por cada um dos círculos no plano, e as variáveis são diferenciadas pela cor de tais círculos. O recorte retratado é o de 1945-1962.

Gráfico 7- Biplot de Análise de Correspondência Múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, recorte 1945-1962



Fonte: NUSP/UFPR

Tabela 16 - Alfa de Cronbach e variância da análise de correspondência múltipla, recorte 1945-1962

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância	
		Total (Eigenvalue)	Inertia

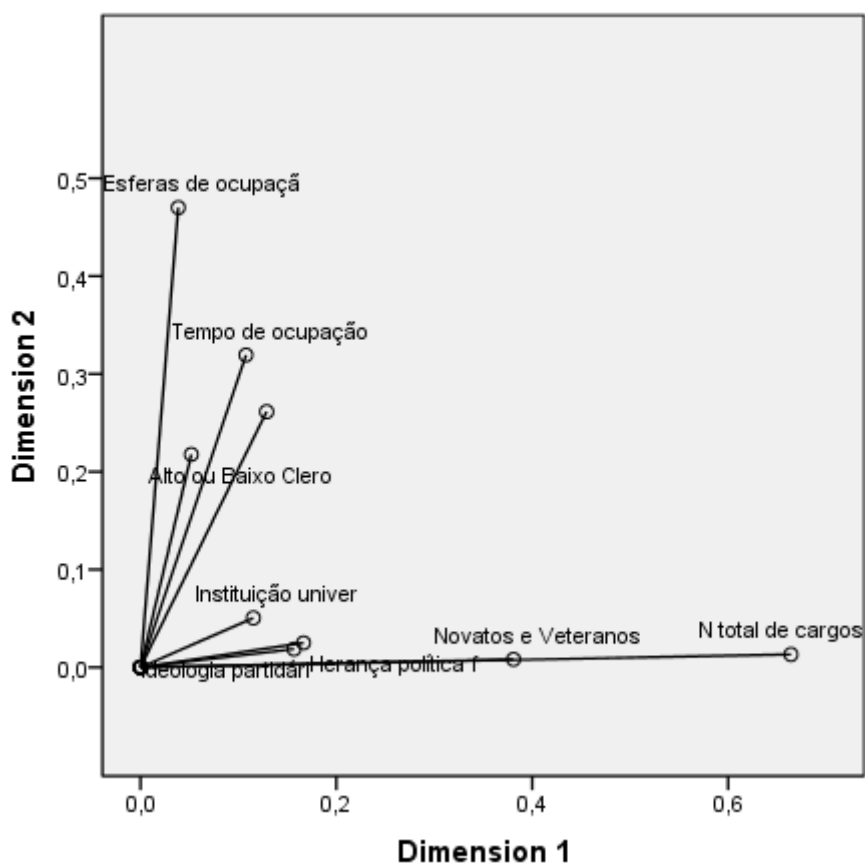
1	0,504	1,811	0,201
2	0,312	1,384	0,154
Total		3,195	0,355
Média	,421	1,597	0,177

Fonte: NUSP/UFPR

Temos (vide gráfico 8) na dimensão 1 um valor acima de 0,5 – o da variável “Número total de cargos” e se segue como segunda mais alta da dimensão citada a variável “Novatos e veteranos”. Na segunda dimensão, “Esferas de ocupação” mostrou o *eigenvalue* mais alto, com 0,470, seguida de “Tempo de ocupação” (0,319), “Tempo entre formação e CD” (0,261) e “Alto ou baixo clero” (0,218).

“Ideologia partidária”, “Herança política familiar” e “Instituição universitária de elite” exibiram os valores mais baixos de *eigenvalue* em ambas as dimensões.

Gráfico 8 - Medidas de discriminação: *eigen*vectors para todas as variáveis estudadas, recorte 1945-1962



Fonte: NUSP/UFPR

A dimensão 1 se refere, sobretudo a variáveis de carreira, enquanto a segunda é feita de variáveis ligadas à profissão – com exceção da variável “Alto ou baixo clero”, que possui ligação mediana com a segunda dimensão e baixa com a primeira.

Das correlações com as variáveis (tabela 8.3), temos cima de 0,3 a relação entre as variáveis “Número total de cargos” e “Novatos e veteranos” (0,453) e a relação entre o número total de cargos e o tempo de ocupação (0,301).

Tabela 17- Cruzamento de dados entre as variáveis "Tempo entre formação e entrada na política" versus "Número total de cargos" dos deputados estudados, recorte 1945-1962

	Até 4 anos	Mais que 4 anos	Formou-se após	Total

Sem cargo prévio	2,5% (N=2)	15,6% (25)	0% (0)	10,6% (27)
<i>Resíduo padronizado</i>	-2,2	1,9	-1,3	
Até 2 cargos	26,6% (21)	32,5% (52)	13,3% (2)	29,5% (75)
<i>Resíduo padronizado</i>	-0,5	0,7	-1,2	
Entre 3 e 5 cargos	49,4% (39)	45% (72)	60% (9)	47,2% (120)
<i>Resíduo padronizado</i>	0,3	-0,4	0,7	
Mais que 5 cargos	21,5% (17)	6,9% (11)	26,7% (4)	12,6% (32)
<i>Resíduo padronizado</i>	2,2	-2	1,5	
Total	100% (79)	100% (160)	100% (15)	100% (237)

Chi-Squared: 24,536

Sig.: 0,000

Fonte: NUSP/UFPR

Aqui temos a ocorrência do mesmo fenômeno exibido na análise do caso geral: carreiras longas se relacionam a pouco tempo de exercício profissional independente, prévio à política.

Conforme descrito no gráfico 7, este recorte temporal traz consigo o perfil do advogado puro, parte da elite parlamentar, que se formou após a entrada na política: a proximidade dos “apenas advogados” com pontos que ilustram pouco tempo de exercício profissional e a marcação que denota participação no “alto clero” da Câmara mostram políticos dedicados precocemente à carreira, aproximados de dois possíveis perfis: o perfil do advogado, profissional liberal, que pode exercer sua carreira profissional concomitantemente com a carreira política, ou aquele que possui a profissão como valor adicional, estando dedicado inteiramente à cadeira no parlamento.

Políticos de centro se formam mais em instituições de elite, embora não exista relação ilustrada de proximidade de outros grupos ideológicos com a categoria “outras”.

Tabela 18 - Correlação entre as variáveis estudadas, período 1945-1962

Correlação de variáveis após transformação

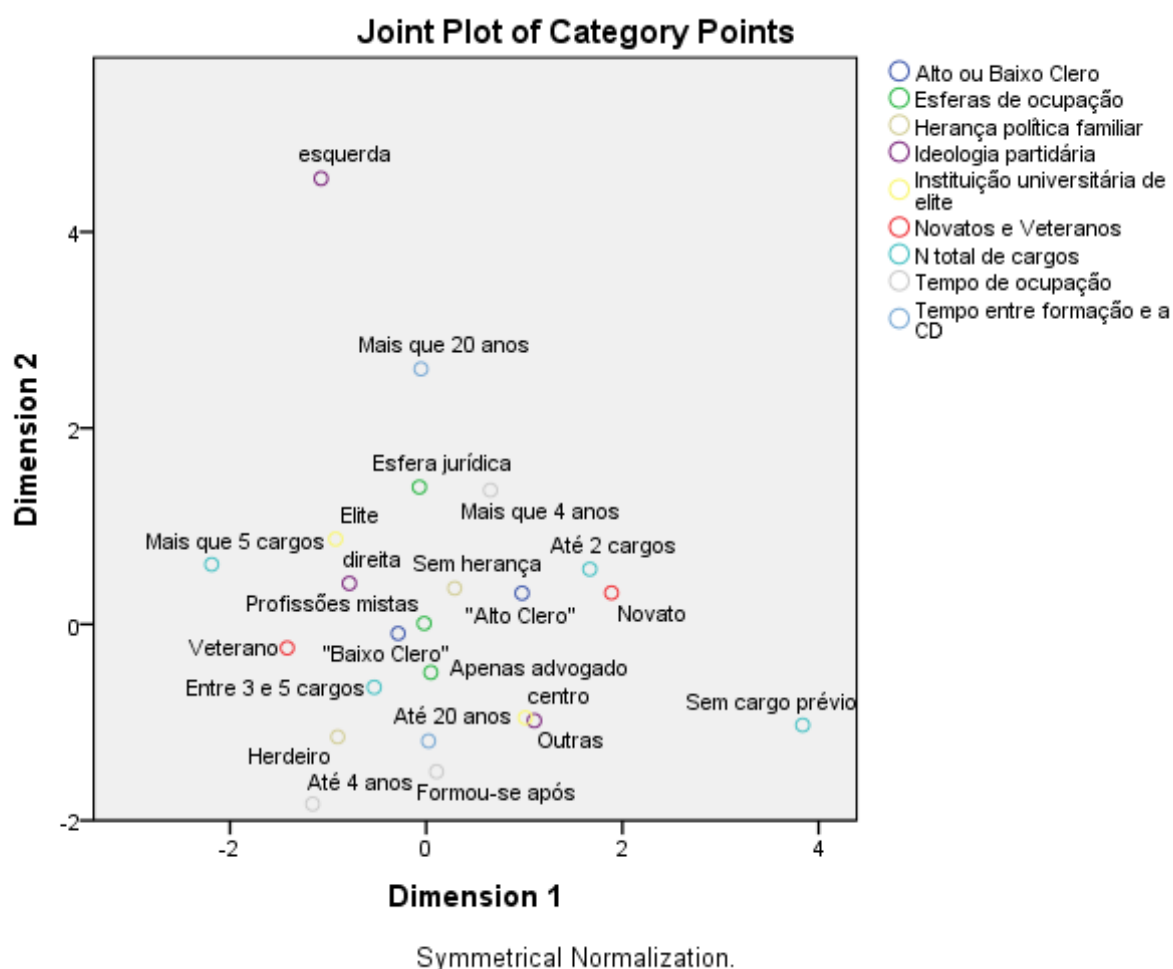
	<i>Esferas de ocupação</i>	<i>Ideologia partidária</i>	<i>Alto ou Baixo Clero</i>	<i>Herança política familiar</i>	<i>N total de cargos</i>	<i>Tempo de ocupação</i>	<i>Tempo entre formação e a CD</i>	<i>Instituição universitária de elite</i>	<i>Novatos e Veteranos</i>
<i>Esferas de ocupação</i>	1	0,076	-0,072	0,001	0,061	0,011	0,093	0,133	0,015
<i>Ideologia partidária</i>	0,076	1	0,039	0,114	0,15	0,024	0,11	0,011	0,128
<i>Alto ou Baixo Clero</i>	-0,072	0,039	1	0,106	0,107	0,133	-0,041	0,02	0,032
<i>Herança política familiar</i>	0,001	0,114	0,106	1	0,146	0,036	0,022	0,246	0,05
<i>N total de cargos</i>	0,061	0,15	0,107	0,146	1	0,301	0,248	0,087	0,453
<i>Tempo de ocupação</i>	0,011	0,024	0,133	0,036	0,301	1	-0,082	-0,026	0,001
<i>Tempo entre formação e a CD</i>	0,093	0,11	-0,041	0,022	0,248	-0,082	1	0,063	0,053
<i>Instituição universitária de elite</i>	0,133	0,011	0,02	0,246	0,087	-0,026	0,063	1	0,074
<i>Novatos e Veteranos</i>	0,015	0,128	0,032	0,05	0,453	0,001	0,053	0,074	1
Dimensão	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Eigenvalue	1,801	1,256	1,171	1,002	0,958	0,898	0,834	0,685	0,394

Fonte: NUSP/UFPR

5.3 CASO DO PERÍODO 1966-1982, ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA

A imagem seguinte é um gráfico representativo de proximidades e afastamentos de categorias das variáveis estudadas. Tais categorias são ilustradas por cada um dos círculos coloridos no plano, as cores sendo condizentes com a variável da qual são derivados. O período entre 1966-1982 é o mostrado neste trecho.

Gráfico 9 - Biplot de Análise de Correspondência Múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, recorte 1966-1982



Fonte: NUSP/UFPR

Tabela 19 - Alfa de Cronbach e variância da análise de correspondência múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, recorte 1966-1982

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância
----------	------------------	-----------

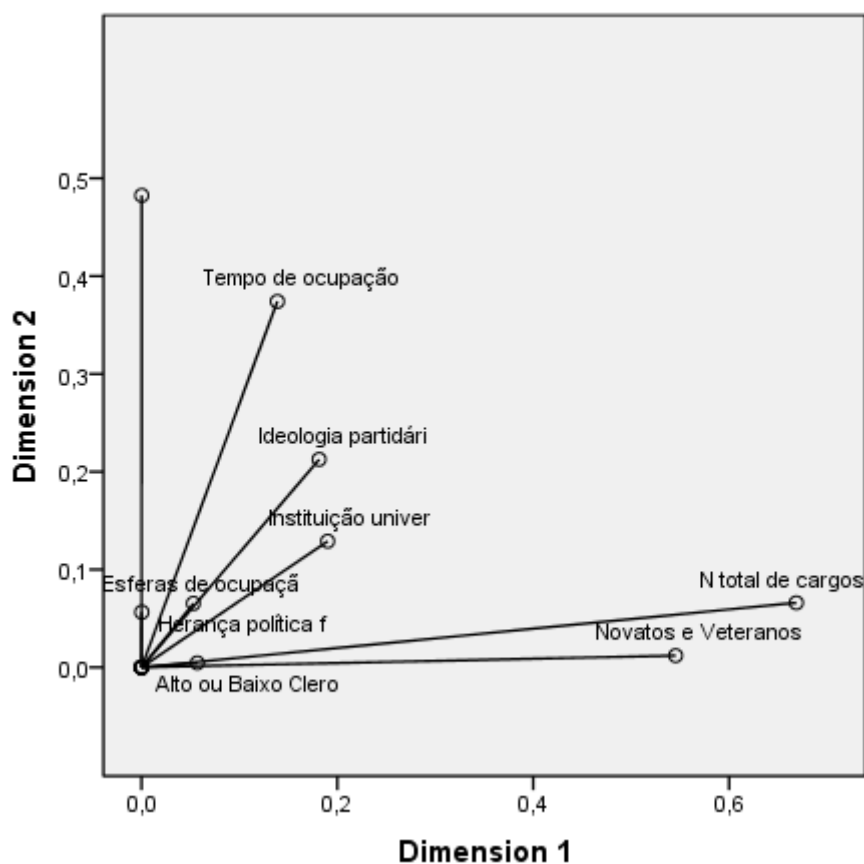
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	0,512	1,835	0,204
2	0,323	1,403	0,156
Total		3,238	0,360
Média	,430	1,619	0,180

Fonte: NUSP/UFPR

Descrevendo o gráfico 10, observa-se que, na dimensão 1, contam duas variáveis com valores acima de 0,5 no gráfico de medidas de discriminação: “Novatos e Veteranos” (0,545) e “Número total de cargos” (0,669). Na dimensão 2, os valores mais altos ficam, em ordem, com as variáveis “Tempo entre formação e CD” (0,483), “Tempo de ocupação” (0,374) e “Ideologia Partidária” (0,213).

Os valores mais baixos foram apresentados por “Esferas de ocupação” (média 0,028), “Alto ou baixo clero” (média 0,031) e “Herança política familiar” (média 0,059).

Gráfico 10 - Medidas de discriminação: eigenvectors para todas as variáveis estudadas, recorte 1966-1982



Fonte: NUSP/UFPR

A dimensão 2 se refere a variáveis ligadas à profissão e a dimensão 1 está ligada a variáveis de carreira.

O único par de variáveis que apresentou correlação superior a 0,3 foi entre “Novatos e Veteranos” e “Número total de cargos”, com valor de 0,487 – o que é, como já mencionado, esperado.

No gráfico de correspondência (gráfico 9) encontramos o ponto referente à esquerda extremamente afastado, modificando a escala do gráfico de correspondência (gráfico 9). Isso se dá pelo número baixo de casos desta categoria: apenas 12, referentes a partidos surgidos no período pós 1980.

O “alto clero” e o “baixo clero” aparecem próximos no plano, indicando pouca diferença entre os perfis daqueles inseridos em cada grupo.

As profissões jurídicas se aproximam de maior tempo passado entre a formação e a entrada na Câmara dos Deputados, o que não está

necessariamente ligado a um grande número de cargos, porém se aproxima de um tempo mais longo entre a graduação e a entrada na política.

Neste plano as instituições de ensino de elite e o grupo das demais se relaciona com o posicionamento ideológico: as “outras instituições” estão ligadas ao ponto que denota a categoria dos políticos de centro, enquanto a direita tende, embora não com tanta força, a ser egressa de cursos “de elite”.

O grupo dos herdeiros tende a se inclinar para menos tempo de ocupação e carreiras mais longas, mas não ao “alto clero”, que está em posição de maior afinidade com “novatos” sem herança política.

Tabela 20- Correlação entre as variáveis estudadas, período 1966-1982

Correlação de variáveis após transformação

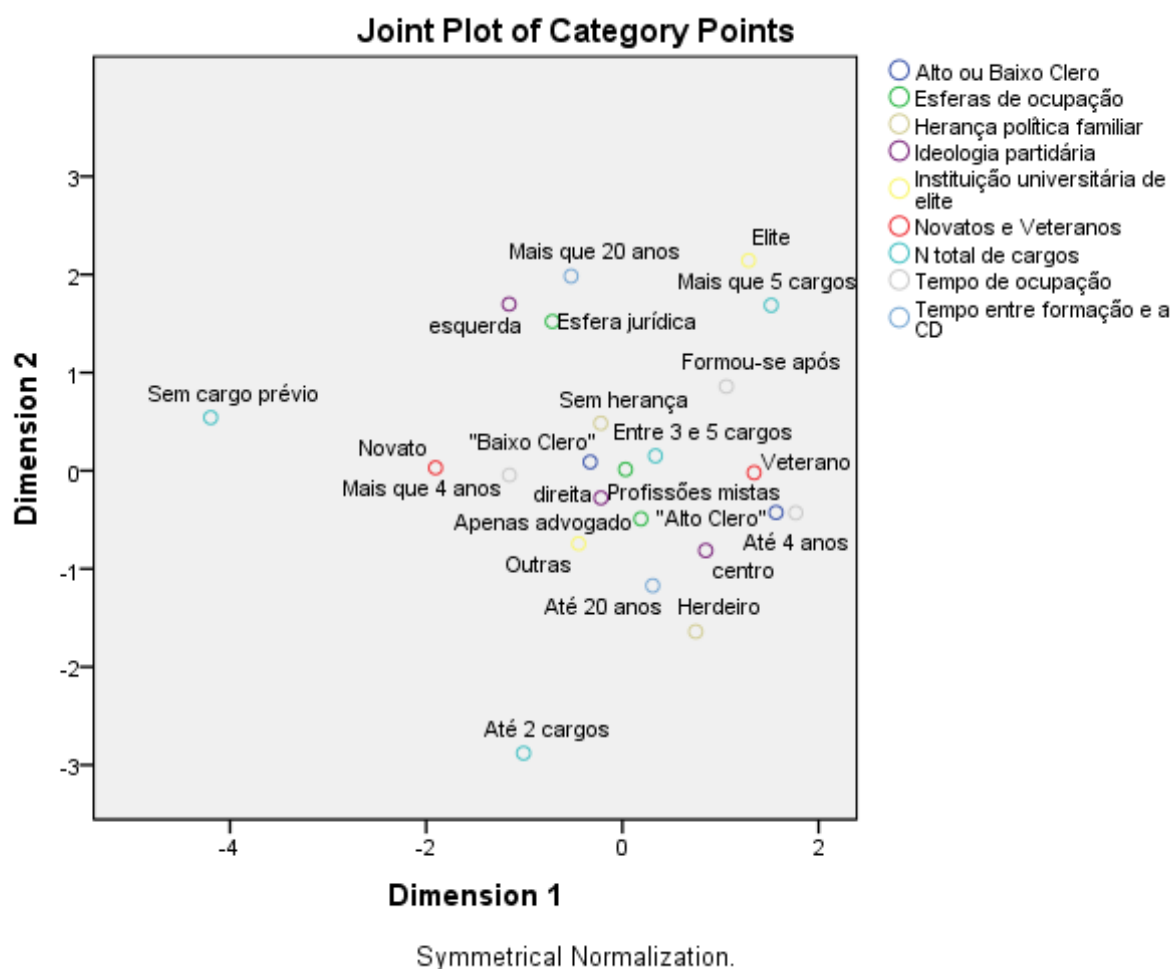
	<i>Esferas de ocupação</i>	<i>Ideologia partidária</i>	<i>Alto ou Baixo Clero</i>	<i>Herança política familiar</i>	<i>N total de cargos</i>	<i>Tempo de ocupação</i>	<i>Tempo entre formação e a CD</i>	<i>Instituição universitária de elite</i>	<i>Novatos e Veteranos</i>
<i>Esferas de ocupação</i>	1	0,029	-0,084	0,011	0,047	-0,08	0,058	0,046	-0,012
<i>Ideologia partidária</i>	0,029	1	0,112	-0,006	0,213	-0,031	0,094	0,105	0,164
<i>Alto ou Baixo Clero</i>	-0,084	0,112	1	0,09	0,083	0,105	0,043	-0,034	0,053
<i>Herança política familiar</i>	0,011	-0,006	0,09	1	0,06	0,07	-0,064	0,097	0,075
<i>N total de cargos</i>	0,047	0,213	0,083	0,06	1	0,244	0,142	0,239	0,487
<i>Tempo de ocupação</i>	-0,08	-0,031	0,105	0,07	0,244	1	-0,2	-0,03	0,138
<i>Tempo entre formação e a CD</i>	0,058	0,094	0,043	-0,064	0,142	-0,2	1	0,12	-0,158
<i>Instituição universitária de elite</i>	0,046	0,105	-0,034	0,097	0,239	-0,03	0,12	1	0,159
<i>Novatos e Veteranos</i>	-0,012	0,164	0,053	0,075	0,487	0,138	-0,158	0,159	1
Dimensão	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Eigenvalue	1,834	1,366	1,102	1,021	0,934	0,884	0,739	0,731	0,39

Fonte: NUSP/UFPR

5. 4 CASO DO PERÍODO 1986-2010, ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MULTIVARIADA

O gráfico seguinte é referente às categorias das variáveis estudadas para o período de 1986 a 2010. O *biplot* consiste em círculos representantes das categorias de cada variável, presentes num plano e diferenciadas por cor; o espaçamento entre cada um dos círculos indica maior ou menor afinidade entre as categorias mostradas.

Gráfico 11- Biplot de Análise de Correspondência Múltipla envolvendo todas as variáveis estudadas, recorte 1986-2010



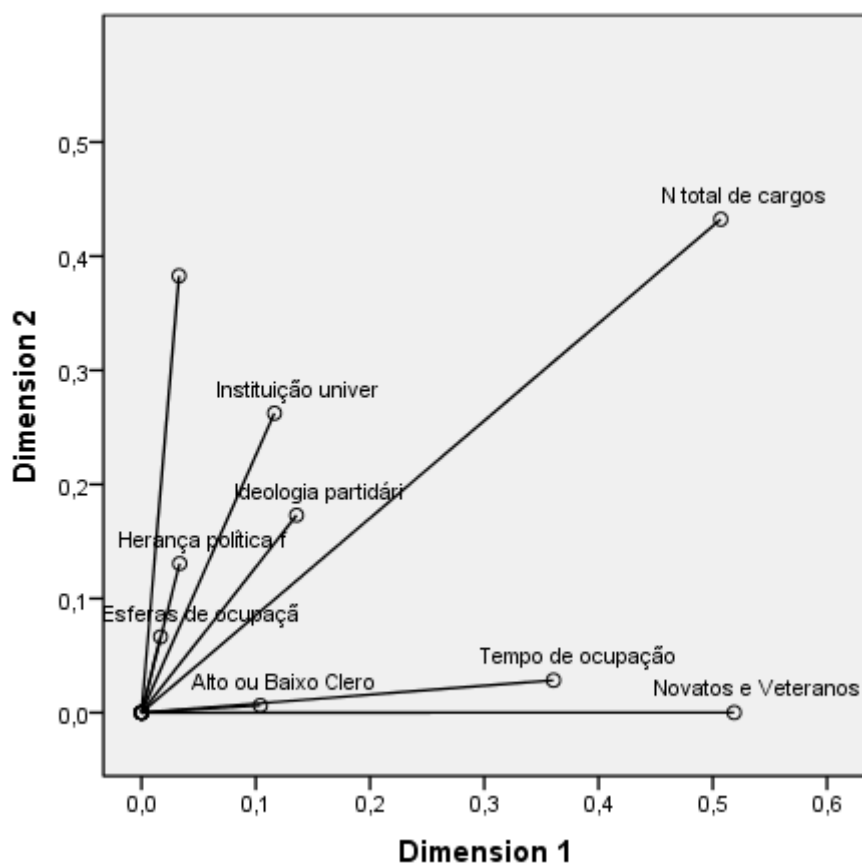
Fonte: NUSP/UFPR

Tabela 21- Alfa de Cronbach e variância da análise de correspondência múltipla, recorte 1986-2010

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	0,509	1,825	0,203
2	0,366	1,482	0,165
Total		3,308	0,368
Média	,445	1,654	0,184

Fonte: NUSP/UFPR

Gráfico 12- Medidas de discriminação: eigenvectors para todas as variáveis estudadas, recorte 1986-2010



Fonte: NUSP/UFPR

No gráfico de “medidas de discriminação”, na dimensão 1 temos, acima de 0,5, as variáveis “Novatos e Veteranos” (0,519) e “Número total de cargos” (0,507). Esta última também possui o valor mais alto na dimensão 2 (0,432).

Nesta segunda dimensão, se seguem com valores mais altos o tempo entre a formação e a entrada na Câmara (0,383) e com valor mediano, a obtenção do diploma numa instituição universitária considerada de elite (2,262). Ser do alto ou baixo clero e a esfera de ocupação exercida tiveram os valores mais baixos no plano dos *eigenvectors*.

Na tabela de correlações entre variáveis (tabela 10.3), “Novatos e veteranos” teve uma correlação de 0,431 com a variável “Número total de cargos”. Esta última também exibiu correlação de 0,324 com “Tempo de ocupação”.

Tabela 22- Cruzamento de dados entre as variáveis "Tempo entre formação e entrada na política" versus "Número total de cargos" dos deputados estudados, recorte 1986-2010

	Até 4 anos	Mais que 4 anos	Formou-se após	Total
Sem cargo prévio	1,6% (N = 1)	14,9% (20)	0% (0)	8,9% (21)
<i>Resíduo padronizado</i>	-2	2,4	-1,9	
Até 2 cargos	15,6% (10)	27,6% (37)	7,7% (3)	21,1% (50)
<i>Resíduo padronizado</i>	-1	-1,6	-1,8	
Entre 3 e 5 cargos	42,2% (27)	36,6% (49)	51,3% (20)	40,5% (96)
<i>Resíduo padronizado</i>	0,2	-0,7	1,1	
Mais que 5 cargos	40,6% (26)	20,9% (28)	41% (16)	29,5% (70)
<i>Resíduo padronizado</i>	1,6	-1,8	1,3	
Total	100% (64)	100% (134)	100% (39)	100% (237)

Chi-Squared: 29,262

Sig.: 0,000

Fonte: NUSP/UFPR

Uma “nuvem” de categorias se ergue na parte superior do gráfico 11: ilustrando formados em universidades consideradas de elite, que exerceram sua profissão por um longo período de tempo, e cuja carreira política incluiu um grande número de cargos.

Nos demais pontos, a grande coesão entre eles ilustra um perfil extremamente heterogêneo, de difícil discernimento de diferenciações possíveis.

Tabela 23- Correlação entre as variáveis estudadas, recorte 1986-2010

Correlação de variáveis após transformação									
	<i>Ideologia partidária</i>	<i>Alto ou Baixo Clero</i>	<i>Herança política familiar</i>	<i>N total de cargos</i>	<i>Tempo de ocupação</i>	<i>Tempo entre formação e a CD</i>	<i>Instituição universitária de elite</i>	<i>Novatos e Veteranos</i>	<i>Esferas de ocupação</i>
<i>Ideologia partidária</i>	1	0,052	0,13	0,066	0,124	0,065	-0,041	0,182	0,102
<i>Alto ou Baixo Clero</i>	0,052	1	0,044	0,031	0,126	0,098	0,088	0,135	-0,03
<i>Herança política familiar</i>	0,13	0,044	1	-0,015	0,016	0,126	0,025	0,088	-0,043
<i>N total de cargos</i>	0,066	0,031	-0,015	1	0,324	-0,103	0,199	0,431	0,012
<i>Tempo de ocupação</i>	0,124	0,126	0,016	0,324	1	0,103	0,069	0,155	0,168
<i>Tempo entre formação e a CD</i>	0,065	0,098	0,126	-0,103	0,103	1	-0,087	0,135	0,12
<i>Instituição universitária de elite</i>	-0,041	0,088	0,025	0,199	0,069	-0,087	1	0,142	-0,043
<i>Novatos e Veteranos</i>	0,182	0,135	0,088	0,431	0,155	0,135	0,142	1	-0,042
<i>Esferas de ocupação</i>	0,102	-0,03	-0,043	0,012	0,168	0,12	-0,043	-0,042	1
Dimensão	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Eigenvalue	1,825	1,326	1,146	1,005	0,894	0,881	0,796	0,683	0,443

Fonte: NUSP/UFPR

5.5 ANÁLISE UNIFICADA DOS DADOS

Observando o gráfico relativo ao recorte geral (gráfico 5), o "alto clero" está ligado a um tempo menor de exercício profissional, o que é uma tendência acentuada no primeiro recorte temporal, é subvertida no período 1966-1982 (gráfico 9), e volta a se instalar no último período (gráfico 11). Curiosamente, os deputados-advogados inseridos no "alto clero" estão mais próximos do grupo dos "novatos" no período 1966-1982.

Na análise unificada de todos os períodos, os pontos relativos às esferas de ocupação estão distantes um do outro, ilustrando diferenças entre os grupos. Essa diferença é grande no primeiro recorte, onde os "Apenas advogados" atraem para si categorias referentes a baixo tempo de exercício profissional e ser membro da elite parlamentar, as "profissões mistas" se postam no centro de uma multiplicidade de pontos, ilustrando a heterogeneidade do grupo, estando a "esfera jurídica" separada, trazendo para si a categoria "mais que 20 anos (entre formação e entrada na Câmara dos Deputados)", que divide igualmente com as "profissões mistas".

Esta relação entre a esfera jurídica e maior tempo entre a graduação e entrada na Câmara se repete nos demais recortes temporais, ficando ainda mais acentuada no recorte mais recente, no qual a esfera jurídica também passa a ser acompanhada da categoria "partido de esquerda".

Estes quadros de tipos de ocupação mostram "juristas puros" que dedicaram longo tempo à sua profissão, "advogados puros" possuidores de carreira política precoce e "profissões mistas" que compartilham um perfil "profissionalizado politicamente" com os anteriores. Os "advogados puros" podem ilustrar dois tipos diferentes de carreira: políticos profissionais que precisam justificar sua posição no poder; e a afinidade entre política e advocacia já citada nas obras da revisão bibliográfica deste texto – onde a flexibilidade da profissão permite uma dedicação à política sem o abandono total da profissão exercida previamente, comum à todas as profissões liberais.

O caso da herança política familiar não apresenta muita variância no recorte geral, o que é ilustrado pela proximidade de pontos no plano. A mesma tendência se apresenta no recorte de 1986 a 2010 e a diferença nos demais

recortes é sutil: no período 1945-1962, os "sem herança" estão próximos de partidos de esquerda e a posição de "novatos", embora dividam igualmente a categoria das carreiras longas os herdeiros e não herdeiros. Isto prova que essa categoria, particularmente, não se alia a nenhum dos grupos. No período seguinte, os herdeiros políticos apresentam um menor tempo entre a formação e a política, e o ponto que indica aqueles que não exerceram nenhum mandato na Câmara está mais próximo daqueles que possuem herança política. Porém essa não é uma relação estreita. Tal variável não cria pontos de aproximação significativa com aquelas a respeito de formação e profissão.

Em todos os casos, a direita e o centro não apresentaram grande distanciamento no plano, o que demonstra que a composição de seus quadros não difere muito. A única grande diferença ocorre no período 1966-1982, no qual podemos observar que a direita está mais próxima de carreiras longas e instituições de ensino de elite, enquanto o centro está quase que inteiramente ligado a instituições na categoria "outras" e é mais próximo que o outro grupo do ponto dos "sem cargo prévio".

A esquerda, que pode ser desconsiderada do segundo recorte temporal por contar com apenas doze casos, aparece afastada em todos os planos. No caso do período iniciado em 1945, a esquerda é feita de novatos. No último recorte, a esquerda está mais próxima do grupo dos juristas.

Para o plano que ilustra todo o período, as instituições de ensino marcadas como "outras" estão mais próximas da categoria "apenas advogado" e próximas do grupo daqueles com menor número de cargos e "novatos" na Câmara. As instituições de elite estão menos distanciadas (embora ainda não tanto) daqueles que possuem carreiras longas. A tendência se repete em todos os recortes temporais.

No recorte 1945-1962 as instituições de elite possuem menor espaço de afastamento daqueles que exerceram profissões mistas, contudo "as outras" não se aproximam de nenhum outro exercício profissional, o que indica ausência de correlação. Conforme já apontado, as universidades que não foram consideradas "de elite" estão mais próximas ao caso dos políticos de centro. Existe também, leve polarização que as coloca apresentadas mais juntamente daqueles sem cargo prévio do que os políticos de carreiras longas, embora a

distância entre os pontos não indique uma correlação forte. O recorte 1986-2010 mostra um acercamento das "universidades de elite" da esfera de profissão jurídica, embora não seja uma correlação estreita e sim na já citada relação de "mais próximo que". Isso pode indicar que as instituições tradicionais passaram a se mostrar atrativas para aqueles que desejam seguir a carreira no judiciário, e não necessariamente para os demais perfis. A universidade de elite é mais ligada a um exercício dedicado da vida profissional, mas não necessariamente a perfis mais móveis entre as esferas política e ocupacional.

Ambas as variáveis, "novatos e veteranos" e "número total de cargos", são analisadas aqui conjuntamente por possuírem correlação acentuada, pois de certa maneira, correm juntas: todo aquele que não possui cargo prévio é um "novato", enquanto todos os "veteranos" exerceram no mínimo um cargo anteriormente, ao menos outro mandato na Câmara. "Novatos" está mais próximo do grupo daqueles que tiveram até dois cargos anteriormente do que do grupo dos sem cargo prévio, distante do grupo daqueles que exerceram cinco cargos ou mais. Os "sem cargo prévio" formam uma categoria que aparece afastada, sobretudo pelo baixo número de casos e não atrai para si nenhuma outra categoria que, por frequência, parece ocorrer concomitantemente de forma mais comum com outros padrões de carreira, demonstrando assim, a heterogeneidade de perfil.

São estas duas variáveis que percorrem o *biplot* inteiramente, alterando a configuração deste substancialmente, de modo que todos os demais pontos se encontram ao longo ou ao centro do perímetro destas. No entanto, esta localização denuncia um perfil de alta diferenciação interna e pouca correlação, exceto em casos anteriormente citados, onde se pôde discernir algum tipo de aproximação entre categorias.

Os pontos que indicam as categorias de tempo de ocupação se aproximam das categorias profissionais, já descritas anteriormente, e com o número de cargos, conforme exemplificado nas tabelas 7.2, 8.2, e 10.2. Aqueles da esfera jurídica aparentam exercer sua profissão por mais tempo e menor tempo de ocupação está associado a carreiras mais longas, mas não se pode alegar que a esfera jurídica gere carreiras curtas.

6. RESULTADOS GERAIS

A análise referente à formação universitária dos deputados-advogados aqui estudados revela a presença de universidades consideradas preferenciais para aqueles que se inserem na esfera política. O aumento do número de instituições de ensino no quadro brasileiro é refletido no aumento do número de polos de formação e dispersão gradual dos casos. No entanto, observa-se a permanência de algumas instituições de ensino, podendo ser consideradas “tradicionais” entre aquelas protagonistas de cada recorte.

A análise de correspondência nos mostra que a instrução em instituições de ensino “tradicionais” dos advogados que ocuparam cadeiras na Câmara dos Deputados pode ser vista como regional ou nacional, uma vez que algumas universidades aqui observadas mantém uma área de influência em um estado ou uma região enquanto outras englobam um número maior de estados, numa área geográfica mais abrangente.

O estudo posterior da análise de correspondência múltipla, no entanto, ilustrou pouca diferença entre aqueles que se formam em universidades de diferentes *status*, exceto no recorte de 1986-2010, no qual juristas – aqueles que exercem sua profissão por mais tempo e podem ser considerados mais ligados ao meio do Direito – estavam mais próximos das instituições de ensino aqui consideradas tradicionais. Isso pode nos dizer que existem lugares que formam mais políticos que outros, mas, para além deste efeito, o perfil de um político não difere em muito segundo sua formação no ensino superior. Pensando no quadro mais recente, com a relação entre universidades tradicionais e um período longo de dedicação profissional, bem como a presença na esfera jurídica, nos mostra que o local onde se obteve o diploma importa para um jurista, já não sendo de grande importância para outros perfis de político. No entanto, existe certo vínculo entre carreiras longas e o formar-se em instituições tradicionais, o que pode indicar que o benefício de um diploma de renome não se reduz apenas ao momento do recrutamento.

A análise de correspondência múltipla, neste trabalho, foi feita com base em acepções de proximidade relativa, e não ordenação em agrupamentos de características. Logo, todas as características citadas não apresentam relações de exclusividade entre si, o que possibilitaria a procura por “categorias puras”,

caso ocorresse. Os tipos de político aqui encontrados são tantos quanto o número de casos, de forma que uma análise tipológica não poderia ser rigorosa o suficiente.

As variáveis de maior amplitude no plano são referentes ao número de cargos e tempo de ocupação, o que indica que aquilo que diferencia os grupos está baseado em variáveis referentes ao exercício político e suas carreiras, muito acima de variáveis que pensem aquilo que veio antes da política. Isso pode nos mostrar que os “advogados-políticos” se distinguem entre si por aquilo que os fazem políticos, e não por aquilo que os fazem advogados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que o político que teve a advocacia como profissão, ao menos no recorte aqui observado, é de perfil tão heterogêneo que é impossível tipificar de forma clara cada um dos recortes temporais. Também se mostra uma configuração difusa, de forma que os indivíduos aqui observados exerceram, ou exercem, uma ocupação compatível com uma grande diversidade de perfis. O advogado-político (a identidade, e não o indivíduo) é de aparência difusa; ou, por outro lado, os dados aqui levantados não puderam ilustrar total diferenciação desta parcela política em outras menores. A evidência mais enfática e, talvez curiosa destes achados, é que o grupo dos advogados políticos continua uniformemente heterogênea durante todo o período estudado. Não são formados *clusters* em momento algum, mostrando que o grupo dos deputados-advogados se mantém difuso, fragmentado, em conjunturas muito diversas.

O tempo entre a formação universitária e a entrada na política nos dá uma dica a respeito do papel legitimador do diploma em Direito e da profissão como advogado: tantos indivíduos “sendo” advogados após serem políticos, exercendo por pouquíssimo tempo de forma exclusiva ou mesmo jamais exercendo a profissão nos mostram o caráter adicional ou justificativo que o ofício possui. Estes casos não compreendem, coerentemente, aqueles que exerceram outras profissões jurídicas, uma vez que o comprometimento com esta área pede uma carreira profissional. Contudo, é plausível e consistente, tanto com a ocorrência dos egressos de outras profissões não relacionadas quanto com os casos de políticos profissionais inseridos na política antes de qualquer profissão prévia. Quando observados estes últimos, existe provável falta de desejo de se identificar como político profissional, senão sentimento de necessidade de justificar sua estada no poder. Para aqueles de profissões mistas sem outra formação acadêmica anterior, ser advogado é um modo de ilustrar a presença do capital acadêmico de forma efetiva.

Da mesma forma, o pouco tempo de exercício profissional mostrou correlação com carreiras longas, o que complementa a observação a respeito da linha que separa o profissional que se torna político daquele que é um político profissional e vai ao encontro de parte da literatura (DOGAN, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. N. R. DE. Inherited Capital and Acquired Capital The Socio-political Dynamics of Producing Legal Elites. **Brazilian Political Science Review**, v. 4, n. 2, p. 32–59, 2010a.

ALMEIDA, F. N. R. DE. **A nobreza togada: As elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2010b.

BARMAN, R.; BARMAN, J. The role of the law graduate in the political elite of imperial Brazil. **Journal of Inter-American Studies and World Affairs**, v. 18, n. 4, p. 423–450, 1976.

BONELLI, M. D. G. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 61–81, 1999.

BONELLI, M. D. G. As Disputas em Torno da Fronteira Entre Profissão e Política no Ministério Público Paulista. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 65, p. 169–182, 2003a.

BONELLI, M. D. G. Lawyers' Associations and the Brazilian State, 1843-1997. **Law & Social Inquiry**, v. 28, n. 4, p. 1045–1073, 2003b.

BOURDIEU, P. A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. 15a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a. p. 163–208.

BOURDIEU, P. Espaço Social e Gênese das Classes. In: **O Poder Simbólico**. 15a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b. p. 133–161.

CARVALHO, J. M. DE. Political Elites and State Building: The case of nineteenth-century Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v. 24, n. 3, p. 378–399, 1982.

CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. Classificando Ocupações Prévias à Entrada na Política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 346–362, 2014.

CORADINI, O. L. Representação Política e de Interesses: bases associativas

dos deputados federais de 1999-2007. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 197–220, 2011.

CORADINI, O. L. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 109–122, 2012.

COSTA, L. D.; CODATO, A.; MASSIMO, L. **Codificando profissões em estudos de elites políticas : uma discussão metodológica e tipológica** 2013

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A Dolarização do Conhecimento Técnico Profissional e do Estado: Processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 163–176, 2000.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (Ed.). **La Profession politique: XIXe - XXe siècles**. 1. ed. Paris: Belin, 1999. p. 171–199.

EULAU, H.; SPRAGUE, J. D. **Lawyers in Politics: A study in professional convergence**. 1. ed. [s.l.] Bobbs-Merrill Company, Inc., 1964.

FÁVERO, M. D. L. D. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, n. 1976, p. 17–36, 2006.

FELISBINO, R. DE A.; BERNABEL, R. T.; KERBAUY, M. T. M. Somente um deve vencer: As bases de recrutamento dos candidatos à prefeitura das capitais brasileiras em 2008. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 41, p. 219–234, 2012.

FONSECA, R. M. A Formação da Cultura Jurídica Nacional e os Cursos Jurídicos no Brasil: Uma análise preliminar (1854-1879). **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija**, v. 8, p. 97–116, 2005.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 165–208, 2012a.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 165–208, 2012b.

GAXIE, D.; GODMER, L. Cultural Capital and Political Selection: Educational Backgrounds of Parliamentarians. In: COTTA, M.; BEST, H. (Eds.). **Democratic**

Representation on Europe - Diversity, Change and Convergence. Oxford, England: Oxford University Press, 2008. p. 106–135.

GHIRARDI, J. C. et al. Ensino superior 2012 - Instituições. **FGV Direito SP - Observatório do Ensino do Direito**, v. 2, n. 1, 2014.

GREENACRE, M. The use of Correspondence Analysis in the Exploration of Health Survey Data. **Working Paper**, p. 45p, 2002.

GREENACRE, M. Correspondence Analysis Biplots. In: **Biplots in Practice**. 1. ed. [s.l.] Fundación BBVA, 2010a. p. 78–88.

GREENACRE, M. Multiple Correspondance Analysis Biplots I. In: **Biplots in Practice**. [s.l.] Fundación BBVA, 2010b.

HOFFMAN, D. L.; DE LEEUW, J. Interpreting multiple correspondence analysis as a multidimensional scaling method. **Marketing Letters**, v. 3, n. 3, p. 259–272, 1992.

HOFFMANN-LANGE, U. Methods of Elite Research. In: DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H.-D. (Eds.). . **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford, England: Oxford University Press, 2007. p. 910–926.

KARPIK, L. Avocat: une nouvelle profession? **Revue française de Sociologie**, v. 26, n. 4, p. 571–600, 1985.

KARPIK, L. Lawyers and Politics in France, 1814–1950: the State, the Market, and the Public. **Law & Social Inquiry**, v. 13, n. 4, p. 707–736, 1988.

KARPIK, L.; HALLIDAY, T. C. The Legal Complex. **Annual Review of Law and Social Science**, v. 7, p. 217–236, 2011.

MICELI, S. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930. In: FAUSTO, B. (Ed.). . **O Brasil Republicano: 3.Sociedade e política (1930-1964)**. 6º. ed. [s.l.] Bertrand Brasil, 1996. p. 557–596.

NEIVA, P.; IZUMI, M. Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 171–192, 2012.

OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. (Ed.). . **La Profession politique: XIXe - XXe siècles**. Paris: Belin, 1999. p. 7–35.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 301–333, 2009.

PINTO, J. DE A. O periodismo e a formação do campo jurídico em Minas Gerais. **Varia Historia**, v. 29, n. 50, p. 571–593, 2013.

PODMORE, D. Lawyers and politics. **British Journal of Law & Society**, v. 4, n. 2, p. 155–185, 1977.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na Classe Política Brasileira**. [s.l.] Publifolha, 2006.

SADEK, M. T.; DANTAS, H. Os Bacharéis em Direito na Reforma do Judiciário: Técnicos ou curiosos? **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 101–111, 2000.

SANTOS, A. M. DOS. Nas Fronteiras do Campo Político - Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 87–101, 1997.

SCHLESINGER, J. A. Lawyers and American Politics: A clarified view. **Midwest Journal of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 26–39, 1957.

SCHWARTZMAN, S. Brazil: Opportunity and crisis in higher education. **Higher Education**, n. 17, p. 99–119, 1988.

SIMONI, S.; MUCINHATO, R.; MINGARDI, L. **O perfil biográfico do “alto clero” da Câmara dos Deputados no Brasil (1995-2010)**. “I Seminário Internacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre – Setembro de 2015”.

TEIXEIRA, A. V. Ativismo judicial: nos limites entre racionalidade jurídica e decisão política. **Revista Direito GV**, v. 8, n. 1, p. 037–057, 2012.

VENANCIO, A. **Das Arcadas ao Bacharelismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

VINER, J. The Short View and the Long in Economic Policy. In: **The long view and the short**. New York: The Free Press of Glencoe, 1958.

WHITTINGTON, K. E.; KELEMEN, R. D.; CALDEIRA, G. A. Overview of Law and Politics: The study of law and politics. In: GOODIN, R. E. (Ed.). **The Oxford**

Handbook of Political Science. 1. ed. Oxford, England: Oxford University Press, 2009. p. 241–252.